



Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais



Dissertação

Características das mulheres ao início da primeira união associadas à escolha do tipo de união no Brasil – 1996 e 2006

Deumara Galdino de Oliveira

Orientadora: Dr^a. Maysa Sacramento de Magalhães

Co-Orientadora: Dr^a. Aída Cecília Graciela Verdugo Lazo

Rio de Janeiro

Setembro 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Deumara Galdino de Oliveira

Dissertação

**Características das mulheres ao início da primeira
união associadas à escolha do tipo de união no Brasil –
1996 e 2006**

Dissertação apresentada à Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE no Curso de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais.

Orientadora: Dr^a. Maysa Sacramento de Magalhães
Co-Orientadora: Dr^a. Aída Cecília Graciela Verdugo Lazo

Rio de Janeiro

Setembro 2010

Deumara Galdino de Oliveira

**Características das mulheres ao início da primeira
união associadas à escolha do tipo de união no Brasil –
1996 e 2006**

Dissertação apresentada à Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE no Curso de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Maysa Sacramento de Magalhães
Orientadora - ENCE/IBGE

Prof^a. Dra. Aída Cecília Graciela Verdugo Lazo
Co-orientadora - ENCE/IBGE

Prof^a. Dra. Sonoê Sugahara Pinheiro
ENCE/IBGE

Prof^a. Dra. Gláucia dos Santos Marcondes
NEPO/UNICAMP

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2010

Agradecimentos

A Deus, pela fidelidade em minha vida.

Agradeço aos meus irmãos, por sempre estarem ao meu lado e se disporem a me ajudar.

Aos meus amigos da UERJ, pois acredito que foi lá que tudo começou e por sempre me incentivarem na busca pelo conhecimento. Em especial, agradeço as amigas Ana Caroline, Cintia, Cristiana e Marina.

Aos meus amigos da ENCE turma 2008, pela ajuda e união. Dentre esses, agradeço, especialmente, a Caroline Constant e Cristina Morentzsohn, que foram muito mais que amigas, Marcelo Provenza e Leonardo Pampanelli, pela amizade. Sentirei muitas saudades do convívio.

Ao amigo Marcos Brum da ENCE turma 2007, pela sua colaboração nesta dissertação, através de suas sugestões na utilização do programa estatístico SPSS.

Ao meu marido Matheus, pelo carinho e compreensão durante esse tempo de elaboração da dissertação e, principalmente, pelo cuidado especial comigo e com nosso filho Lucas.

Aos professores, pela qualidade das aulas e a oportunidade de aprender mais e funcionários da ENCE, pela disponibilidade de sempre ajudar aos alunos.

As minhas orientadoras Prof^a Maysa Sacramento de Magalhães e Prof^a Aída Verdugo Lazo pelo apoio, sugestões e críticas na elaboração desta dissertação e, principalmente, pela compreensão do momento delicado o qual vivencio.

Ao IBGE, pelo apoio financeiro durante o período do mestrado.

Aos meus pais, Maria do Carmo e Deusellino (*in memoriam*),
pela dedicação imensurável.

Resumo

Como a literatura mostra, o início da primeira união, tanto pelo casamento civil como pela união consensual, está relacionada a determinadas características dos cônjuges, como idade, nível de instrução, religião, entre outras. No Brasil não se dispõe de estudos que abordem os fatores que podem estar associados à escolha do tipo de união, em função das características específicas dos cônjuges no momento do início da primeira união. A presente dissertação tem como objetivo apresentar um estudo que busca analisar as principais características das mulheres de 15 a 49 anos no momento de início da primeira união, no Brasil. Através da definição de uma *proxy* foi possível estimar as características das mulheres no momento do início da união, utilizando a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 1996 e 2006. A análise buscou relacionar o tipo de união escolhida com variáveis como a idade ao casar, o nível de instrução e a participação no mercado de trabalho no momento próximo ao início da união, assim como a religião, a cor/raça, a presença de filhos anteriores à união. Além disso, a idade ao casar e a diferença de idades entre os cônjuges, foram analisadas considerando essas variáveis.

Abstract

The literature demonstrate that the beginning of the first union by a civil marriage or by a consensual union, is related to certain characteristics of the spouses, such as age, education level, religion, among others. In Brazil, there are no studies that address the factors that may be associated with the choice of union type, related to the specific characteristics of the spouses at the time of the beginning of the first marriage. This dissertation aims to present a study that analyzes the main characteristics of women aged 15 to 49 years at the time of the beginning of their first union in Brazil. By the definition of a proxy, it was possible to estimate the characteristics of the spouses at the beginning of their first union, using the National Demographic and Health Survey (PNDS) of 1996 and 2006. The analysis tried to relate the union type with variables such as age at marriage, level of education and participation in the labor market, close to the moment of the beginning of the first union; also were considered their religion, ethnicity, and children born before the union. Moreover, the age at marriage and age difference between spouses were analyzed with respect to these variables.

Lista de tabelas

Tabela 3. 1: Tipo de uniões das mulheres de 15 a 49 anos, em primeira união ou superior. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem)	37
Tabela 4. 1: Situação conjugal das mulheres entre 15 e 49 anos. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).....	42
Tabela 4. 2: Distribuição do tipo de união das mulheres de 15 a 49 anos, segundo o número de uniões. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).	43
Tabela 4. 3: Tipo de união das mulheres de 15 a 49 anos, em primeira união ou superior. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).....	43
Tabela 4. 4: Tipos de união e número de uniões das mulheres de 15 a 49 anos. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).....	44
Tabela 4. 5: Distribuição da participação no mercado de trabalho das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com menos de dois anos de duração. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).....	56
Tabela 4. 6: Distribuição da religião das mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem). 58	
Tabela 4. 7: Distribuição do tipo de união das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com menos de dois anos de duração, segundo a religião. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).....	59
Tabela 4. 8: Distribuição da cor/raça das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com menos de dois anos de duração. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).....	60
Tabela 4. 9: Distribuição do tipo de união das mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração, segundo cor/raça. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).	61
Tabela 4. 10: Distribuição das mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração, por ter ou não filhos até 180 dias após a data do início da união, pelo tipo de união. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).....	63
Tabela 4. 11: Média da idade da primeira união das mulheres com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união. Brasil, 1996 e 2006.	64
Tabela 4. 12: Idade média ao início da primeira união das mulheres de 15 a 49 anos com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e participação no mercado de trabalho. Brasil, 1996 e 2006.....	65

Tabela 4. 13: Idade média ao início da primeira união das mulheres de 15 a 49 anos com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e religião. Brasil, 1996 e 2006.	67
Tabela 4. 14: Idade média ao início da primeira união das mulheres com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e cor/raça. Brasil, 1996 e 2006.....	68
Tabela 4. 15: Idade média ao início da primeira união das mulheres com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e fecundidade pré-nupcial. Brasil, 1996 e 2006.....	69
Tabela 4. 16: Idade média ao início do primeiro casamento das mulheres com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e nível de instrução mediano. Brasil, 1996 e 2006.	71
Tabela 4. 17: Idade média ao início da primeira união das mulheres com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e nível de instrução mediano. Brasil, 1996 e 2006.	72
Tabela 4. 18: Diferença média de idades entre os cônjuges em primeiras uniões com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união. Brasil, 1996 e 2006.....	74
Tabela 4. 19: Diferença de idades entre os cônjuges de primeiros casamentos com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e nível de instrução. Brasil, 1996 e 2006.	75
Tabela 4. 20: Diferença de idades entre os cônjuges de primeiras uniões com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e nível de instrução. Brasil, 1996 e 2006.	75
Tabela 4. 21: Diferença de idades entre os cônjuges de primeiras uniões com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e participação no mercado de trabalho. Brasil, 1996 e 2006.	76

Lista de Gráficos

Gráfico 3. 1: Distribuição da idade ao casar das mulheres no primeiro casamento e com duração da união inferior a dois anos. Brasil, 1996.....	38
Gráfico 3. 2: Distribuição da idade ao casar das mulheres no primeiro casamento e com duração da união inferior a dois anos. Brasil, 2006.....	38
Gráfico 3. 3: Distribuição da idade ao casar das mulheres no primeiro casamento e com duração da união inferior a dois anos. Brasil, 1996 e 2006.....	40
Gráfico 4. 1: Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união por tipo e duração da união. Brasil, 1996 e 2006.....	45
Gráfico 4. 2: Distribuição percentual por grupos de idade das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união ou primeiro casamento com no máximo um ano de duração da união. Brasil, 1996 e 2006.	46
Gráfico 4. 3: Distribuição da idade das mulheres de 15 a 49 anos ao início da primeira união com duração inferior a dois anos. Brasil, 1996.	48
Gráfico 4. 4: Distribuição da idade das mulheres de 15 a 49 anos ao início da primeira união com duração inferior a dois anos. Brasil, 2006.	49
Gráfico 4. 5: Distribuição da idade das mulheres de 15 a 49 anos ao início da primeira união com duração inferior a dois anos. Brasil, 1996 e 2006.	50
Gráfico 4. 6: Distribuição de anos de estudo de mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com duração da união inferior a dois anos. Brasil, 1996....	53
Gráfico 4. 7: Distribuição de anos de estudo de mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com duração da união inferior a dois anos. Brasil, 2006....	53
Gráfico 4. 8: Distribuição dos anos de estudo de mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com duração da união inferior a dois anos. Brasil, 1996 e 2006.....	54

Sumário

1. Introdução	1
2. Características associadas à escolha de uma primeira união civil ou uma primeira união consensual.....	9
2.1. A importância do estudo das primeiras uniões e primeiros casamentos..	9
2.2. Casamento civil e união consensual: conceitos, semelhanças e diferenças.....	14
2.3. Aspectos envolvidos na decisão de casar ou coabitar	17
2.4. Variáveis relacionadas à decisão pelo casamento civil ou pela união consensual.....	19
3. Casamento civil: o Registro Civil e a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde.....	28
3.1. O Registro Civil e a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde	28
3.2. Registro Civil	29
3.3. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde.....	31
3.4. Comparação de algumas medidas de nupcialidade comuns ao Registro Civil e a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde	36
4. Características das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união.....	41
4.1. Características das mulheres de 15 a 49 anos	41
4.2. Análise das características das mulheres de 15 a 49 anos ao início da primeira união	46
4.2.1. Idade ao casar	47
4.2.2. Nível de instrução	51
4.2.3. Participação no mercado de trabalho.....	55
4.2.4. Religião	56
4.2.5. Cor/raça.....	59
4.2.6. Presença ou não de filhos	61
4.3. Idade média na entrada da primeira união e sua relação com outras variáveis	63
Idade média e a participação no mercado de trabalho	64
Idade média e a religião.....	65
Idade média e a cor/raça	67

Idade média e presença de filhos.....	68
Idade média e nível de instrução.....	69
4.4. Diferença de idades entre os cônjuges.....	72
Diferença entre as idades e nível educacional.....	74
Diferença entre as idades e participação no mercado de trabalho.....	76
5. Conclusões e considerações finais.....	77
Referências Bibliográficas.....	81
Apêndice A.....	87

1. Introdução

A nupcialidade é um tema de grande relevância na demografia, visto que os estados conjugal e civil constituem variáveis importantes que refletem a heterogeneidade da população. Também a nupcialidade está ligada aos padrões de formação e dissolução das famílias. No entanto, a nupcialidade não atraiu tanto interesse em relação a outras áreas da Demografia, como os estudos sobre a fecundidade, pelo fato de ser uma área que por um longo período de tempo não apresentou grandes mudanças, o que não ocorreu, por exemplo, com a fecundidade e a mortalidade que passaram por períodos de profundas alterações na sociedade, tal como na primeira transição demográfica (Lazo, 1996).

Contudo, os estudos mais recentes sobre a nupcialidade tiveram de ampliar seu foco de análise, devido às “novas situações” que surgiram, principalmente na Europa e nos países Ocidentais, como o grande aumento dos divórcios, das uniões consensuais, ou seja, a nupcialidade passou por um conjunto de mudanças que alterou a forma de como tratar o assunto, uma vez que passou a incluir novos temas, tais como: as uniões consensuais, as separações, os divórcios e os recasamentos. Com o enfraquecimento da relação existente entre os estudos de nupcialidade em relação aos estudos de fecundidade, por conta da elevação do número de filhos nascidos fora das uniões legais (Cherlin, 1988), os estudos sobre nupcialidade tiveram que contemplar o aumento do número de uniões consensuais e de recasamentos. Assim, passou-se a contar com mais variáveis que medissem os aspectos relacionados à nupcialidade.

A partir de mudanças na sociedade, principalmente em relação às mulheres, como a sua entrada cada vez maior na força de trabalho e o aumento do nível educacional, a formação da primeira união sofreu mudanças como o aumento da idade ao casar, a redução das taxas de casamento e a elevação do número de uniões consensuais (Batalova e Cohen, 2002; Bracher e Santow, 1998; Xie *et al.*, 2003) e com isso, o estudo da nupcialidade ganha novo enfoque. Além disso, Neri (2005) afirma que a economia influencia tanto na intensidade como também nas modalidades de casamentos. Muitos estudos associam a diminuição das taxas de casamento e a elevação da idade ao casar com a maior participação da mulher na força de trabalho e o aumento do nível educacional da mulher (Batalova e Cohen, 2002; Freire *et al.*, 2006; Xie *et al.*, 2003). Dessa forma, é de extrema importância considerar tais variáveis na análise dos fatores que podem influenciar na formação da união.

As variáveis analisadas no estudo da nupcialidade dependem da transição entre os estados conjugais a serem considerados. Para a transição do estado de solteiro para o estado de casado, por exemplo, tem-se como variável de interesse a taxa de primeiro casamento. Já se a transição acontece do estado de divorciado para o estado de casado, então, uma variável de interesse pode ser a taxa de recasamento. Tanto para os estudos de casamento como para o de recasamento, as variáveis como idade ao casar, diferença de idade entre os cônjuges, estado civil ou conjugal anterior, local de nascimento e local de residência no momento do casamento podem ser consideradas.

O estado civil anterior permite saber se determinado casamento se trata de um primeiro casamento ou de um recasamento. Com isso, pode-se separar

o estudo dos primeiros casamentos do estudo dos recasamentos, o que possibilita a compreensão dos fatores que podem influenciar na entrada de cada uma dessas uniões. Outro aspecto é o fato de que fazendo a distinção entre primeiros casamentos e recasamentos pode-se conhecer o volume que representa cada um deles e também fazer análises comparativas entre os mesmos.

A combinação de variáveis como: local de nascimento e local de residência no momento do casamento, fornecem informações de um fenômeno migratório, em relação à nupcialidade. Assim, poder-se-ia estudar a nupcialidade no que diz respeito aos lugares de origem dos cônjuges e o local de residência no momento do casamento, relacionando esses dois campos da Demografia.

A Figura 1.1 representa um esquema das possibilidades de transições entre os estados conjugais, isto é, considera as transições que podem ocorrer entre estados civis, entre estados civis e de fato, assim como entre estados de fato, como é o caso das uniões consensuais e das separações. Para o estudo da nupcialidade a consideração dos estados de fato é de grande relevância, em virtude da grande proporção de uniões consensuais em relação ao total de uniões e da redução das taxas de casamento.

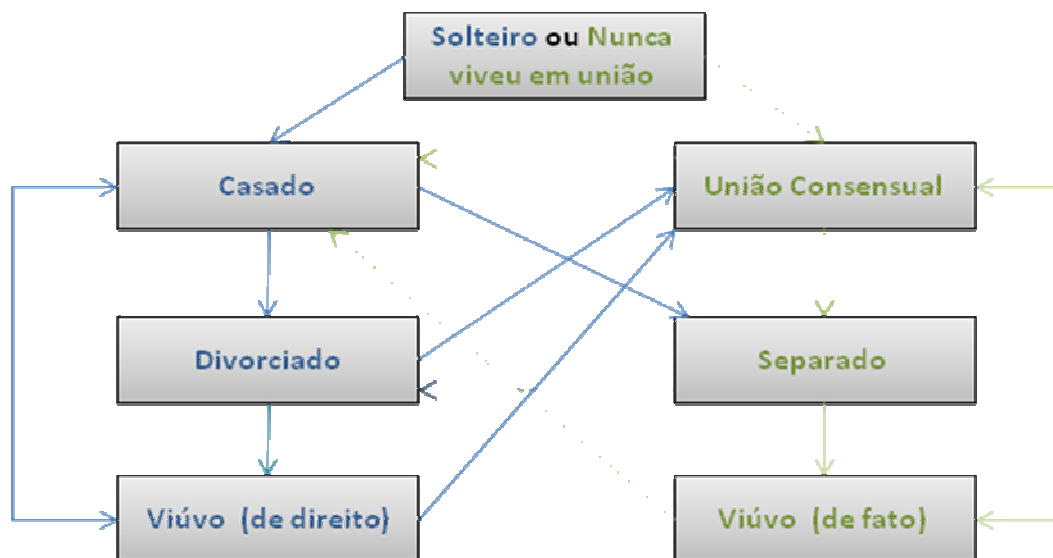


Figura 1.1: Possibilidades de transições entre estados conjugais

Fonte: Lazo, 2008 (Notas de aula)

Embora muitos estudos relativos à nupcialidade afirmem sobre o aumento do número de uniões consensuais e da diminuição das taxas de casamento, no Brasil alguns movimentos contrários a essa perspectiva são percebidos, como o movimento que incentiva os casamentos civis comunitários. O projeto Casamentos Comunitários é uma iniciativa do Tribunal de Justiça que possibilita aos cônjuges que não possuem recursos financeiros para assumir as despesas judiciais em relação ao matrimônio, ou mesmo para oficializar a união daqueles que já vivem em união consensual e desejam fazê-lo, realizando o casamento sem custo.

O jornal *O Globo* divulgou, em 31 de agosto de 2009, a notícia de que 53 casais oficializaram suas uniões na quadra da escola de samba Império Serrano, que promoveu uma festa com bolo, almoço e a “produção” dos noivos.

Um evento que aconteceu através de parcerias com a PUC-Rio, o SENAC e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Em 28 de novembro de 2009, o jornal *O Globo* também noticiou a oficialização da união de 12 casais no Morro Dona Marta. A celebração da cerimônia contou com músicos do judiciário. O número de casamentos comunitários citados é pequeno, mas soma-se a diversas outras iniciativas no país que geram um grande volume no total nacional. O recorde fica para o casamento comunitário concretizado em 3 de agosto de 2009 em Mato Grosso, que contou com a colaboração do Governo do Estado e diversas instituições como o Tribunal de Justiça/Corregedoria Geral de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, dentre outras, para a realização do casamento de cerca de 4.200 casais.

A presente dissertação tem particular interesse na análise da saída do estado de solteiro para o estado de casado ou para a saída do estado de solteiro para o estado de união consensual, mais especificamente, tem como objetivo analisar as principais características das mulheres cônjuges de 15 a 49 anos ao início da sua primeira união, onde essa união pode ser união consensual ou casamento, referente ao Brasil em 1996 e 2006. Também serão analisadas as possíveis diferenças das características existentes entre esses dois momentos.

Como no Brasil não há estudos que abordem as características relativas ao início das primeiras uniões, essa dissertação tem como contribuição a apresentação de um estudo diferenciado dos demais estudos sobre as primeiras uniões, pois ao combinar as características dos cônjuges no momento da entrada do primeiro casamento civil ou da primeira união

consensual, procura identificar os fatores que podem influenciar na escolha por determinado tipo de união.

Os dados referentes tanto à oficialização de uniões consensuais, como de casamentos efetuados diretamente nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais no momento de início da união, fazem parte do conjunto de dados que constituem o Registro Civil. Nele se encontram informações sobre: a idade ao casar, estado civil anterior, local de nascimento e local de residência no momento do casamento. Ainda que essas variáveis permitam realizar algumas análises sobre os casamentos, tais análises são restritas, pois muitos estudos têm mostrado que o início do primeiro casamento se relaciona a determinadas características dos cônjuges, como: o nível de instrução, a participação no mercado de trabalho, a religião, a cor/raça, etc. e essas variáveis não estão presentes no Registro Civil.

A fim de poder estudar tanto os primeiros casamentos como as primeiras uniões consensuais, procurou-se por fontes alternativas de dados. Nessa busca chegou-se à Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), pois contém variáveis como o nível de instrução, a participação no mercado de trabalho, a religião, a cor/raça, entre outras, o que permitiu fazer algumas aproximações, através de uma *proxy*, com a intenção de obter as características da população considerada no momento de iniciar seu primeiro casamento ou sua primeira união consensual. A *proxy* utilizada considerou as mulheres de 15 a 49 anos incluídas nas pesquisas PNDS de 1996 e 2006 e que se encontravam em primeira união ou no primeiro casamento, mas cuja duração era inferior a dois anos completos no momento da entrevista, com o objetivo de se obter as características/variáveis dessas mulheres ao início da

união. Além disso, a PNDS contém informações sobre as uniões consensuais além dos casamentos, o que enriquece muito o estudo da entrada na primeira união e possibilita fazer a distinção entre as primeiras uniões consensuais e os primeiros casamentos civis.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos. O presente capítulo é a Introdução. No segundo capítulo é realizada uma revisão da literatura, que trata de estudos relacionados à entrada na primeira união e os fatores relacionados à mesma. Foram considerados estudos que tratam das semelhanças e das diferenças entre a união consensual e o casamento legal e de outros aspectos que podem estar associados à decisão por determinado tipo de união, como a divisão das responsabilidades dentro da família e os custos de oportunidades.

Já no Capítulo 3, apresenta-se a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 1996 e 2006 e o Registro Civil, como fontes de dados. Também apresenta-se uma análise exploratória com a finalidade de comparar os resultados obtidos utilizando a PNDS e algumas medidas de nupcialidade que podem ser obtidas a partir dos dados do Registro Civil, que são dados referentes a toda a população que se une civilmente.

No Capítulo 4, é feita uma análise das variáveis relacionadas a determinadas características das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união, obtidas no momento de início da união, como: a idade ao casar, o nível de instrução, a participação no mercado de trabalho, a religião, a cor/raça, a presença de filhos. Os dados utilizados neste capítulo são provenientes da PNDS.

E, finalmente, no Capítulo 5 estão as conclusões e as considerações finais desta dissertação. No Apêndice A, encontram-se os tamanhos da amostra referentes às mulheres de 15 a 49 anos investigadas pela Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) para os anos de 1996 e 2006, segundo cada característica a ser examinada.

2. Características associadas à escolha de uma primeira união civil ou uma primeira união consensual

Neste capítulo faz-se uma revisão da literatura a partir dos principais estudos relacionados aos fatores que podem estar associados à decisão do casal pelo casamento civil ou pela união consensual na formação da primeira união. Além disso, discutem-se as semelhanças e as diferenças entre esses dois tipos de união e alguns aspectos envolvidos na escolha pelo tipo de união, como a divisão das responsabilidades dentro da família e o custo de oportunidade.

2.1. A importância do estudo das primeiras uniões e primeiros casamentos

Como no Brasil não dispomos de estudos que abordem os fatores que podem influenciar na escolha do tipo de união e também as características dos cônjuges em primeira união ou primeiro casamento, a presente dissertação tem como contribuição a apresentação de um estudo que buscou analisar as principais características das primeiras uniões consensuais ou primeiros casamentos no Brasil. A partir dos estudos internacionais pudemos obter as características dos cônjuges comumente investigadas na entrada da união, embora houvesse outro problema a ser contornado: a falta de fontes dados que dispusessem de tais características e da escolha pelo tipo de união com ambas as informações obtidas no momento da união. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) permitiu, através de uma *proxy*, que esse

problema fosse contornado e, com isso, o estudo das primeiras uniões ou primeiros casamentos foi realizado.

Cabe ressaltar que, no Brasil, a união consensual durante o século XVIII era bastante comum (Samara, 2002), o que não ocorria na Europa, em virtude da sociedade daquela época. Desse modo, a análise dos fatores que podem influenciar na escolha pela união consensual ou pelo casamento civil no Brasil deve ser feita com certa cautela, diante da ausência de literatura específica no Brasil e também por conta da diferença entre as características dos cônjuges em uniões consensuais no Brasil e as características dos mesmos na Europa.

Inicialmente, os estudos de nupcialidade estavam bastante vinculados aos estudos sobre a fecundidade, especialmente as variáveis que medissem o tempo de exposição ao risco de conceber. No passado, o início dessa exposição era bastante associado com o momento do início da união. Com isso, o adiamento do casamento também era, de certa maneira, um tipo de controle da natalidade. Mas, desde os anos 60 tal associação se enfraquece por conta das mudanças ocorridas nos padrões de formação da família (Cherlin, 1988).

Com o aumento do número de filhos nascidos fora de casamentos civis (Cherlin, 1988) e com a difusão dos meios anticoncepcionais eficientes (ou modernos), variáveis como a idade média ao casar deixam de ser vistas como apenas parâmetros para o estudo sobre a reprodução em relação aos casais e a associação que existia entre os estudos da fecundidade e da nupcialidade se enfraquece (Altmann e Wong, 1981). Além disso, havia um consenso de que as mudanças sofridas pela população e as relações estabelecidas entre

fenômenos demográficos poderiam ter explicações no contexto familiar, que se inicia com as uniões.

A partir das mudanças ocorridas na sociedade, dentre essas pode-se destacar a instituição da Lei do Divórcio, estudos sobre nupcialidade adquiriram outra configuração e os fenômenos demográficos associados à nupcialidade ganharam uma nova dimensão com a perspectiva de recasamento para pessoas divorciadas.

No Brasil, antes da lei 6.515/77, Lei do Divórcio, os recasamentos só eram permitidos nos casos de viuvez, apesar do reconhecimento da situação caracterizada pela separação sem dissolução de vínculo (desquite). Com a referida lei, aqueles que desejassem contrair novamente casamento e não estivessem em situação de viuvez, poderiam fazê-lo mediante o divórcio. Além disso, aqueles que viviam em união, ou seja, sem o reconhecimento legal da união, não tinham os mesmos direitos que aqueles que se encontravam casados. Mas com o reconhecimento da união consensual como entidade familiar através da Constituição Federal de 1988 e as leis nº 8971/94 e 9278/96, aqueles que estavam nessa situação puderam ter seus direitos iguados aos que estavam casados.

As mudanças na dinâmica da nupcialidade também estão associadas aos acontecimentos sucedidos na área econômica e social. Tais acontecimentos afetam as taxas de casamento, que se elevam nos períodos de estabilidade e crescimento econômico, e se reduzem nos períodos de incerteza econômica (Bracher e Santow, 1998). Como exemplo dessas mudanças ocorridas na sociedade, tem-se a inserção cada vez maior da mulher na força

de trabalho e a obtenção de níveis educacionais equivalentes aos dos homens, que tiveram influência nos padrões e estilos de vida (Domínguez-Folgueras e Castro-Martín, 2008). As conseqüências de tais mudanças podem ser o aumento da idade ao casar e a elevação do número de uniões consensuais (Xie *et al.*, 2003; Freire *et al.*, 2006).

Com o aumento do número de uniões consensuais o estudo da nupcialidade, no que tange ao início e ao tipo de união, deve considerar esse tipo de união, pois:

The inclusion of nonmarital unions is important because of the recent and rapid increase in the prevalence of cohabitation. Any analysis of the determinants of union formation today that does not include cohabitation misses much of the story. (BUMPASS AND SWEET, 1989 apud THORNTON et al., 1995; THORNTON, 1988 apud THORNTON et al., 1995, p. 762)

Além disso, esse tipo de união pode mascarar o início de um casamento legal, isto é, pode ocasionar a elevação da idade ao casar, quando essa união for utilizada como um relacionamento estável que antecede ao casamento, ou encobrir as taxas de casamento, isto é, pode ter um efeito de diminuição das taxas de casamento, quando a coabitação for utilizada como uma alternativa ao casamento (Xie *et al.*, 2003).

Marcondes (2004) ressalta a importância de se estudar as uniões consensuais ao afirmar que sua desconsideração no estudo da nupcialidade pode restringir a compreensão, não só do início da união, como também de outros eventos ocorridos na dinâmica familiar:

O desconhecimento generalizado sobre a dinâmica das uniões consensuais (início da união, separação e recasamentos), assim como das trajetórias de nupcialidade (tipos, tempo de duração e transições ocorridas ao longo da vida dos indivíduos) limita nossa compreensão sobre a ocorrência destes eventos na população, assim como representa uma lacuna significativa para a compreensão das dinâmicas familiares. (MARCONDES, 2004, p. 6)

Outro aspecto que justifica o estudo das uniões consensuais é a grande incidência de mulheres solteiras com filhos, que cresce rapidamente com a idade da mulher (Silva, 1979). A classificação exclusiva por estado civil constitui um problema, pois este não considera as uniões de fato, como é o caso das uniões consensuais, sobre isto Silva (1979) comenta:

Sem dúvida, estes são valores impressionantes e constituem possivelmente uma indicação que pelo menos parte dessas mulheres estão (ou estiveram) de fato envolvidas no que se convencionou chamar de “uniões consensuais” e, portanto, são erroneamente classificadas como “solteiras”. (SILVA, 1979, p.356)

Davis *et al.* (2007) avalia o estudo da coabitação em relação ao casamento como parte também da dinâmica familiar e, com isso, o processo de formação da família pode ser examinado a partir do tipo de união escolhido. Assim, se torna de extrema importância estudar os primeiros casamentos juntamente com as primeiras uniões consensuais, a fim de melhor compreender os fatores que podem estar associados à escolha por certo tipo de união e entender as particularidades referentes a cada uma.

2.2. Casamento civil e união consensual: conceitos, semelhanças e diferenças

A coabitação e o casamento são dois tipos de uniões que guardam significativas diferenças entre si. O momento do início do casamento civil pode estar encoberto por uma união consensual anterior à data do casamento, o que torna difícil sua análise. Dessa forma, é de grande importância saber se determinada união se trata do primeiro casamento civil ou da primeira união consensual da mulher, do homem, ou de ambos.

O conceito utilizado pelo Registro Civil em relação ao casamento é um conceito baseado na legislação que considera como casamento a união fundamentada em direitos e deveres iguais a ambos os cônjuges. O IBGE nas Estatísticas do Registro Civil divulga:

Casamento - É o ato, cerimônia ou processo pelo o qual é constituída a relação legal entre o homem e a mulher. A legalidade da união pode ser estabelecida no casamento civil ou religioso com efeito civil e reconhecida pelas leis de cada país. No Brasil, um indivíduo só poderá casar legalmente se o seu estado civil for solteiro, viúvo ou divorciado. (Estatísticas do Registro Civil, v.34, 2007, p. 12)

Do ponto de vista sociológico, o casamento consiste na formação de uma família nuclear que rompe de certa forma com os laços da família de origem (Hogan, 1978). Por isso, o casamento e a formação da família estão bastante ligados. Goldstein e Kenney (2001) afirmam que há dois extremos em relação à noção de casamento, a saber:

At one extreme, marriage is viewed as a social institution, and entry into marriage is seen as a response to social norms; at the other extreme, marriage is seen as a rational choice made by individuals for

whom the benefits of married life outweigh the benefits of staying single. (GOLDSTEIN E KENNEY, 2001, p.508)

Sweeney e Cancian (2004) argumentam que a visão economicista do casamento é que o mesmo se trata de uma união voluntária entre indivíduos racionais e pode ter como objetivo a maximização do consumo para ambos. Para Davis *et al.* (2007), o casamento e a coabitação diferem entre si pelo fato do casamento, em geral, ser visto com a expectativa de longa duração e estabilidade, o que não acontece com a coabitação, sendo vista como um relacionamento mais flexível.

Já dentre os conceitos envolvidos na coabitação, tem-se:

The meaning of cohabitation depends on expectations and experiences of individuals who form the union, as well as on the social context in which it occurs. Although cross-national data on cohabitation indicate a rising propensity to cohabit in almost all Western countries, some are more open and supportive of cohabitation than others. (BATALOVA E COHEN, 2002, p.744)

Também utiliza-se na compreensão da coabitação, o conceito de institucionalização incompleta, que de acordo com Baxter (2005), a coabitação difere do casamento por conta da ausência de algumas prescrições de normas ou regras que cercam o casamento. Assim, tais regras fazem com que o casamento seja visto como um relacionamento mais institucionalizado do que a coabitação.

Para Clarkberg *et al.* (1995), a coabitação permite que os casais tenham o benefício de conviverem juntos, semelhante ao casamento, não tendo as mesmas exigências. A coabitação pode ser vista como uma alternativa ao

casamento, um período de teste que antecede o momento de início do mesmo, uma espécie de relacionamento parecido com um namoro, em alguns aspectos, ou até mesmo uma alternativa a estar solteiro (Casper e Sayer, 2000 *apud* Batalova e Cohen, 2002; Xie *et al.*, 2003).

A visão de que a coabitação é uma alternativa ao casamento se baseia no fato de que o casamento e a coabitação têm semelhanças, como intimidade sexual, residência comum, etc.; e também têm diferenças no que tange ao estilo de vida adotado após a decisão por um desses tipos de união (Xie *et al.*, 2003).

Já a visão de que a coabitação pode ser um período de teste que antecede o momento de início do casamento é motivada pela idéia de que a coabitação seria um passo intermediário entre estar solteiro e estar casado, sendo, portanto, diferente do casamento (Xie *et al.*, 2003). Além disso, o período de duração da coabitação seria curto e, muitas pessoas que coabitam, fariam a transição para o casamento em seguida (Bumpass and Lu, 2000 *apud* Xie *et al.*, 2003).

Por último, a visão de que a coabitação seria uma alternativa a estar solteiro enfoca as diferenças entre o casamento e a coabitação (Xie *et al.*, 2003). Em relação às diversas atitudes e atividades familiares, as pessoas que coabitam seriam mais parecidas com as pessoas solteiras do que as pessoas casadas, visto que elas podem passar maior tempo juntas do que as pessoas casadas com filhos, pois o tempo que passariam juntas também é dedicado aos filhos (Rindfuss and Van den Heuvel, 1990 *apud* Xie *et al.*, 2003).

2.3. Aspectos envolvidos na decisão de casar ou coabitar

Com relação ao estudo das possíveis razões que determinariam a escolha da coabitação, autores como Rhoades *et al.* (2009) realizaram um estudo com casais. No caso dos autores citados, o estudo contou com 120 casais. Para o desenvolvimento do trabalho algumas hipóteses foram utilizadas sobre as possíveis razões que levariam à escolha da coabitação, como o desejo de passar mais tempo juntos, que de acordo com os autores seria uma “razão interna”; e dentre as “razões externas” tem-se a falta de recursos financeiros para arcar com as despesas de caráter geral, a situação inconveniente de ter seus pertences tanto na residência de um como também na residência do outro e a gravidez da parceira. Os autores utilizaram uma escala de resposta com as seguintes alternativas: tempo junto, conveniência e testar o relacionamento. Como Rhoades *et al.* (2009) dispunham de uma amostra de apenas 120 casais, a generalização é bastante restrita, mas a pesquisa revelou que o desejo de estar mais tempo juntos ficou em primeiro lugar, seguido das razões baseadas na conveniência e, por último, testar o relacionamento.

A escolha entre casar e coabitar envolve aspectos, como a divisão das responsabilidades dentro da família. Sobre isto:

(...) the choice between marriage and cohabitation impinges on a wide range of activities, circumstances, and social relations. These most obviously include procreation and relations between cohabitants or spouses, but we argue that they also comprise relations with extended family, leisure pursuits, employment, division of economic resources, and division of household labor. (CLARKBERG et al., 1995, p. 609)

Assim, a divisão das responsabilidades dentro da família também é apontada como outro aspecto que pode influenciar na idade ao casar e na decisão entre casar ou coabitar (Marcondes, 2004), visto que a coabitação estaria associada a uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico (Batalova e Cohen, 2002; Clarkberg *et al.*, 1995).

A divisão das responsabilidades dentro da família juntamente com o nível de instrução pode ter influência na formação da união, visto que:

Educational attainment appears to deter marriage mostly in societies where improvements in women's economic opportunities have not been accompanied by an important reorganization of men's and women's responsibilities within the family, increasing the opportunity costs of union formation. (DOMÍNGUEZ-FOLGUERAS E CASTRO-MARTÍN, 2008, p.1514)

Adicionado a isso, o contexto tradicional que envolve o casamento pode fazer com que a divisão das responsabilidades dentro da família seja bastante desigual, o que torna a opção pela coabitação mais atraente, acrescentado a isto o fato de que casamento e coabitação possuem semelhanças, como a divisão de intimidade emocional, relacionamento sexual, etc. Uma das explicações para as mudanças ocorridas na nupcialidade, no que tange a decisão entre casar ou coabitar, seria:

*Assuming that an important motivation for marriage lies in gender role specialization within the family - with the wife specializing in household work and the husband specializing in market labor - the economic-independence hypothesis predicts declining rates of marriage as more women participate in the labor force. (XIE *et al.*, 2003, p. 351)*

Baxter (2005) argumenta que com a entrada da mulher na força de trabalho a sua contribuição para a renda familiar aumenta e isso teria como consequência uma divisão mais equilibrada do trabalho doméstico. Um aspecto que pode contribuir para uma divisão mais simétrica das responsabilidades dentro da família é o conceito de institucionalização incompleta acerca da coabitação, pois com isso abre-se a possibilidade de negociação entre as partes por uma divisão mais igual das tarefas domésticas. Além disso, a divisão especializada dos papéis por sexo, mais típica do casamento, não combina com o perfil das pessoas que optam pela coabitação, pois essas pessoas buscam determinadas características em uma união, como: a igualdade, a independência, a determinação, etc. (Clarkberg *et al.*, 1995).

2.4. Variáveis relacionadas à decisão pelo casamento civil ou pela união consensual

Adicionado aos aspectos mencionados anteriormente, a literatura mostra que o início da primeira união, tanto pelo casamento civil como pela união consensual, está relacionada a determinadas características dos cônjuges, como: a idade, o nível de instrução, a participação no mercado de trabalho, a religião, a cor/raça, entre outras (Clarkberg *et al.*, 1995; Bracher e Santow, 1998; Xie *et al.*, 2003).

Muitos estudos contemplaram tais características/variáveis para explicar a formação da primeira união, seja através de análises descritivas ou utilizando modelos estatísticos. Nesta seção apresenta-se a descrição da importância do emprego dessas características dos cônjuges na compreensão da escolha do

tipo de união, a partir dos estudos realizados por Kalmijn (2007) e Domínguez-Folgueras e Castro-Martín (2008). Além desses estudos, apresenta-se também o estudo de Liefbroer e Corijn (1999) que analisaram a idade ao casar, vista através dessas características.

Um aspecto a ser levado em consideração na formação da família seja casar ou coabitar é o custo de oportunidade, principalmente no que diz respeito às condições econômicas, pois, por exemplo, as exigências estudantis e o casamento ou a união podem ser papéis de difícil conciliação. Diante do fato de que muitas pessoas no período que ainda estudam são economicamente dependentes de seus pais e, por outro lado, o casamento ou a união exigiria a independência financeira, tais pessoas podem optar por concluir seus estudos antes do casamento ou da união, ou seja, optar pelo adiamento do casamento, ou até mesmo por conta do casamento, interromper seus estudos (Thornton *et al.*, 1995). Segundo os autores, a decisão pela interrupção dos estudos tem implicações importantes, como truncar o processo de formação profissional, necessário para outros cargos de maior especialização, tendo que se conformar com trabalhos menos qualificados e perdendo a possibilidade de ter melhores padrões de vida.

A tentativa de conciliar as funções estudantis com o casamento pode gerar dificuldades em relação ao casamento, pois o mesmo requer intimidade contínua, tempo e energia e as exigências em relação aos estudos são grandes. De acordo com Thornton *et al.* (1995), o tempo dedicado por estudantes solteiros aos estudos pode ser maior do que os estudantes casados, pois esses últimos devem conciliar os papéis de estudante e esposo(a), tendo que dividir seu tempo entre os estudos e o dedicado ao

companheiro(a). Desse modo, o efeito esperado do acúmulo em termos de anos de estudo é a retração, em relação ao casamento, em virtude do custo de oportunidade envolvido nesta decisão.

Kalmijn (2007) argumenta que a divisão das responsabilidades dentro da família é sustentada pela idéia de que tal divisão, no casamento, era bastante especializada; pois, enquanto os homens ficavam com o sustento do lar, restavam às mulheres os afazeres domésticos. Com o fortalecimento da posição econômica da mulher, seja através da sua entrada na força de trabalho ou da conquista de maior nível de instrução, essa divisão das responsabilidades dentro da família torna-se desigual, visto que agora ambos, homem e mulher, trabalham, embora os afazeres domésticos continuem, na sua grande maioria, sob a responsabilidade das mulheres. Assim, o fortalecimento da posição econômica da mulher, pode reduzir os ganhos em relação ao casamento, ou seja, interferindo na decisão de casar.

Com o passar dos anos as mudanças observadas no comportamento da sociedade em virtude da secularização, fez com que adquirissem maior aceitação as novas estruturas familiares, a união consensual e o divórcio. A religião perdeu parte de sua influência nas questões acerca do casamento, isto é, as pessoas que seguem determinados tipos de religiões tinham uma tendência maior a se casarem do que coabitarem. Além disso, as convicções religiosas eram contra o divórcio. Assim, com a secularização, a aceitação da coabitação e do divórcio foi fortalecida, todavia as normas e valores acerca do casamento não deixaram de existir.

O autor discute também o adiamento do casamento e do nascimento do primeiro filho como consequência do aumento do nível educacional das mulheres, tendo como exemplo os países europeus. Uma mulher com nível de instrução mais elevado pode ser mais independente, economicamente, do casamento, pois com um maior nível educacional aumentam-se as chances de melhores oportunidades de trabalho e o casamento pode se tornar menos atraente. Adicionado a isso, temos que as exigências estudantis podem não serem fáceis de conciliar com os papéis exercidos no casamento ou os cuidados com os filhos, como já destacado na seção 2.3, considerando outros autores; desse modo, há uma tendência ao adiamento do casamento e da maturidade em virtude dessas razões.

Outra característica que Kalmijn (2007) aborda com relação à formação da união é a estabilidade econômica, uma vez que o casamento, por exemplo, requer a compra ou o aluguel de uma casa, e isso só poderá ser feito segundo as condições econômicas. A instabilidade econômica está relacionada a baixos ganhos e desemprego, como consequência, há uma redução na probabilidade dos homens se casarem. Além disso, a instabilidade econômica também está relacionada ao divórcio, visto que a mesma coloca as pessoas casadas sob estresse, com isso, o casamento se torna ameaçado. Assim, a instabilidade econômica pode tanto afetar o início da união como também o seu fim (divórcio).

Kalmijn (2007) também considerou outras características tais como o percentual de mulheres com idade entre 20 e 49 anos participantes na força de trabalho, o percentual da população adulta que são membros da igreja, a taxa de matrícula na educação superior, a taxa de desemprego e a taxa de suicídio

para homens, para explicar padrões diferenciados de casamento em mais de 30 países europeus nos anos 90. Com isso, o autor pôde investigar a influência dessas características na taxa de primeiro casamento, na idade ao primeiro casamento, na taxa de divórcio e na taxa de coabitação. O estudo ainda contemplou como objeto de estudo o agrupamento de alguns países a fim de poder identificar algumas regiões com características comuns, a saber: Oeste Europeu, Norte Europeu, Sul Europeu, Sudeste Europeu e Centro-oeste Europeu.

Por outro lado, Domínguez-Folgueras e Castro-Martín (2008) analisaram as características das mulheres que optaram pelo casamento ou pela coabitação na primeira união, na Espanha e em Portugal, a partir de três indicadores de autonomia feminina, a saber: educação (nível de instrução), condição no mercado de trabalho (se participa ou não do mercado de trabalho) e vida independente da família de origem. Além disso, foram investigados os padrões desses indicadores comparando as seguintes coortes: mulheres nascidas no período 1945/7-1954, 1955-1964 e 1965-1977/9, em virtude das significativas mudanças sofridas pelos indicadores ao longo do tempo.

Os padrões de vida, o estilo de vida e as atitudes das novas gerações, sofreram transformações ao longo do tempo em decorrência das transformações sofridas na economia, na política e no campo social. Dentre as principais transformações, as autoras citam as ocorridas em relação ao nível educacional da mulher, que chegou ao mesmo patamar dos homens e, em relação à entrada das mulheres na força de trabalho, esta é cada vez maior. Essas mudanças não foram bem acompanhadas pelo papel da mulher exercido

dentro da família, pois restavam as responsabilidades e os cuidados dos afazeres domésticos a ela (Domínguez-Folgueras e Castro-Martín, 2008).

Para explicar a formação da união, a ênfase dada pelas teorias econômicas é no impacto da participação das mulheres no mercado de trabalho, bem como no nível educacional das mesmas. Em relação à explicação quanto ao adiamento do casamento, a independência econômica é um dos fatores mais importantes, pois os ganhos com o casamento são menores para mulheres economicamente independentes (Domínguez-Folgueras e Castro-Martín, 2008).

A decisão de casar pelas mulheres com maior nível de educação pode ser influenciada pelo tipo de divisão de papéis, pois em sociedades em que há uma divisão desigual das responsabilidades dentro da família, torna o casamento menos atraente e tal decisão pode ocasionar a restrição de suas carreiras (Domínguez-Folgueras e Castro-Martín, 2008).

Estudos mostram que há uma associação positiva da decisão em coabitar e de uma divisão de responsabilidades mais equilibrada (Batalova e Cohen, 2002; Baxter, 2005; Clarkberg *et al.*, 1995, Davis *et al.*, 2007; Soons e Kalmijn, 2009). Desse modo, a coabitação se torna um tipo de união que possibilita uma divisão mais simétrica das tarefas domésticas por sexo.

Como um estágio de teste para a formação da família, a coabitação pode ser utilizada pelas mulheres com elevados ganhos, pois as mesmas tendem a serem mais seletivas na escolha de seus parceiros. Acrescentado a isso, um elevado nível educacional faz com que a decisão pelo casamento se torne menos atraente, diante da possível divisão assimétrica das

responsabilidades dentro da família, como consequência, pessoas com maior nível de instrução podem optar pela coabitação (Domínguez-Folgueras e Castro-Martín, 2008).

O indicador de autonomia feminina utilizado pelas autoras Domínguez-Folgueras e Castro-Martín (2008), que corresponde à vida independente da família de origem, tem características como procura por privacidade, autonomia, auto-realização, dentre outras. Alguns fatores que podem afetar esse indicador são altos níveis de desemprego, empregos instáveis e alto custo de vida. Diante de tais fatores, a conquista pela vida independente da família fica mais difícil, com isso, há um tempo maior de dependência dos pais, o que pode ocasionar o adiamento do casamento.

Durante a transição para a vida adulta, mulheres que possuem a experiência de viver sem a família, ou seja, mulheres com vida independente da família de origem podem adiar, mais freqüentemente, o início da primeira união. Além disso, essas mulheres tendem a optarem pela coabitação ao invés do casamento, devido a seu estilo de vida adotado (Domínguez-Folgueras e Castro-Martín, 2008).

Liefbroer e Corijn (1999) examinaram o impacto da obtenção de maiores níveis educacionais e a participação na força de trabalho de homens e mulheres nascidos entre 1961 e 1965 na Holanda, no tempo desde o nascimento até o início da primeira união e da paternidade dos mesmos. O estudo utilizou algumas variáveis para explicar tal impacto que consideram o sexo, situações que envolvam o custo de oportunidade, tais como: gravidez, cuidar dos filhos, as tarefas domésticas, a sociedade no que tange à igualdade

entre os sexos, a coorte de nascimento e a etapa do curso de vida. Para a análise, os autores utilizaram o modelo de Cox, a fim de estimar o impacto da obtenção de maiores níveis educacionais e a participação na força de trabalho no tempo até a formação da família.

Segundo a proposta de Liefbroer e Corijn (1999) em seu estudo, a influência da obtenção de maiores níveis educacionais e da participação na força de trabalho na formação da família é positiva para os homens, mas negativa para as mulheres. Cabe ressaltar que existem também estudos que tratam do impacto da obtenção de maiores níveis educacionais pelas mulheres e de sua participação na força de trabalho no processo de formação da família, tais como: Bracher e Santow (1998), Thornton *et al.*(1995); Xie *et al.* (2003).

Liefbroer e Corijn (1999) ainda afirmam que a influência da obtenção de maiores níveis educacionais e da participação na força de trabalho na formação da família está condicionado à possível incompatibilidade entre participação na força de trabalho e o grau de comprometimento que determinadas situações (gravidez, cuidar dos filhos, as tarefas domésticas, etc.) possam requerer, além do custo de oportunidade nela envolvidos. Acrescentado a isso, os autores acreditam que a influência da obtenção de maiores níveis educacionais e a participação na força de trabalho na formação da família é reduzida quando na sociedade há igualdade de gênero e permite a conciliação entre trabalho e vida familiar (Liefbroer e Corijn, 1999).

Para os autores, a influência da obtenção de maiores níveis educacionais e da participação na força de trabalho na formação da família também é variável, segundo a coorte de nascimento, pois cada geração pode

ter seus próprios valores culturais. Além disso, esse impacto na formação da família diminui ao longo da vida devido ao fato de que o custo de oportunidade, por exemplo, cuidar dos filhos pequenos, é mais alto no início da carreira.

Neste capítulo observamos que variáveis como a idade, o nível de instrução, a participação no mercado de trabalho, a religião, a cor/raça, a fecundidade são importantes na análise dos fatores que podem influenciar a escolha pelo tipo de primeira união. Com isso, fica clara a necessidade de estudar as primeiras uniões a partir dessas características dos cônjuges no momento de entrada na primeira união.

3. Casamento civil: o Registro Civil e a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde

Neste capítulo faz-se uma análise descritiva de algumas medidas de nupcialidade a partir dos dados do Registro Civil e da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), o que permitiu comparar os dados completos do Registro Civil com os dados amostrais da PNDS. Também apresenta-se a PNDS e o Registro Civil como fonte de dados.

3.1. O Registro Civil e a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde

Os dados divulgados do Registro Civil em relação ao estudo dos casamentos no Brasil contêm informações, tais como a idade ao casar, a data do casamento, a data de nascimento dos cônjuges, entre outras variáveis. Todavia, devido à ausência de informações como o nível de instrução, a participação no mercado de trabalho, a religião, a cor/raça, etc., torna o uso dos dados do Registro Civil restrito para o estudo que pretendemos fazer. Uma vez que o padrão de nupcialidade poder estar associado a tais variáveis, procurou-se por fontes alternativas de dados para estudar as características dos cônjuges na entrada da primeira união ou primeiro casamento.

Além disso, apesar da boa qualidade na cobertura do Registro Civil, as novas formas de uniões não são captadas, ou seja, levantamentos alternativos deveriam ser realizados para acompanhar tais transformações (Lazo, 1996). Com isso, poderia, então, se verificar a tendência em relação às uniões

consensuais e como as mesmas podem estar associadas aos padrões dos primeiros casamentos.

Analisando as pesquisas disponíveis em nível nacional e que contemplam informações sobre primeiros casamentos e que permitem obter uma aproximação das características da população no momento de entrada em sua primeira união ou primeiro casamento, elegeu-se como fonte de dados para a análise das uniões e dos fatores que podem influenciar a entrada no casamento, a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), por conter informações ausentes no Registro Civil, importantes para o estudo proposto, e também por ser a única pesquisa disponível com abrangência nacional que permite considerar, através da utilização de uma *proxy*, algumas características das mulheres em primeira união ou primeiro casamento, transcorridos menos de dois anos do início dessa primeira união ou desse primeiro casamento.

3.2. Registro Civil

No Registro Civil encontram-se informações sobre os casamentos registrados nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, bem como informações a respeito das separações judiciais e dos divórcios declarados, prestadas pelas Varas de Família, Foros ou Varas Cíveis. Essas informações estão disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), com dados a partir de 1984, no caso dos microdados.

A importância das estatísticas do Registro Civil é devido ao fato destas conterem informações que permitem o acompanhamento em relação à dinâmica populacional brasileira e o monitoramento do exercício da cidadania,

o que possibilita o subsídio para a implementação de políticas públicas em diversas áreas (Estatísticas do Registro Civil, 2007).

Algumas das variáveis relacionadas à nupcialidade que constam no Registro Civil e podem ser utilizadas na análise dos casamentos são: idade ao casar, diferença de idade entre os cônjuges, estado civil anterior, local de nascimento e local de residência no momento do casamento para os casamentos e recasamentos de brasileiros e estrangeiros residentes no país. A informação sobre o estado civil anterior permite que seja feita a distinção entre casamento e recasamento, pois a partir dela é possível saber se a pessoa está casando pela primeira vez ou não, e que tipo de combinação de estados civis dos cônjuges formou tal união, ou seja, se a união foi formada entre pessoas solteiras, ou entre uma pessoa solteira e outra divorciada ou viúva, uma divorciada e outra viúva ou ambas divorciadas ou ambas viúvas.

Os dicionários de variáveis do Registro Civil sofreram algumas alterações ao longo do tempo, tais como: a denominação, a localização no arquivo de dados, a apresentação, o que suscita a necessidade de padronização dessas variáveis nos dicionários ao longo do tempo, a fim de permitir que as variáveis pesquisadas mantenham a compatibilidade e facilitem, então, a construção de uma série histórica. Além disso, ao longo dos anos, algumas variáveis foram eliminadas, como a informação sobre o número de filhos do matrimônio anterior ou legitimados e outras informações sequer são consideradas, como o nível de instrução, a participação no mercado de trabalho, a religião, a cor/raça, dentre outras. Desse modo, a sua utilização fica bastante restrita ao cálculo de algumas medidas básicas de nupcialidade, sem considerar os fatores que podem estar associados à entrada no casamento.

3.3. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde

A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) é uma pesquisa amostral realizada nos domicílios, que permite calcular estimativas independentes para cada uma das cinco regiões brasileiras e para os estratos urbano e rural.

A PNDS tem como objetivos a coleta de informações relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, à fecundidade, à anticoncepção, à saúde e à mortalidade infantil e materna, dentre outras. Tais informações possibilitam o conhecimento da realidade brasileira principalmente em relação à saúde da população.

A importância dos dados da PNDS reside no fato de a mesma possibilitar a elaboração e o cálculo de indicadores demográficos, permitindo assim o acompanhamento ao longo do tempo da evolução de certas características populacionais. Além disso, o monitoramento da saúde possibilita que sejam adotadas medidas adequadas em relação às políticas públicas nessa área.

A pesquisa foi realizada no país em quatro momentos: 1986, 1991 (somente Nordeste), 1996 e 2006 e está constituída das informações prestadas por mulheres com idades entre 15 e 49 anos. Em 1996, a pesquisa contou com um questionário para os homens. Já em 2006, as informações relativas aos homens eram somente dos cônjuges.

A pesquisa ainda investiga características relativas à situação conjugal das mulheres, seu nível de instrução, a participação no mercado de trabalho, a religião, a cor/raça, entre outras. Como tais variáveis podem estar associadas ao tipo de união escolhido pelos cônjuges e um dos objetivos da dissertação é

analisar os fatores que poderiam estar associados a essa escolha, essas variáveis foram utilizadas na dissertação. Assim, a PNDS foi escolhida, por contemplar essas variáveis e possibilitar que as características de interesse dos cônjuges sejam investigadas num momento próximo ao início da união.

O Quadro 3.1 apresenta as variáveis de interesse e suas respectivas categorias na PNDS referentes aos anos de 1986, 1996 e 2006, para que se possa observar a presença ou não das variáveis citadas anteriormente com o objetivo de verificar a possibilidade da utilização de determinado ano da pesquisa na dissertação. Pode-se notar que variáveis como cor/raça, idade do cônjuge/companheiro e participação no mercado de trabalho não estão presentes na PNDS de 1986.

Quadro 3.1: Variáveis PNDS 1986, 1996 e 2006

Variáveis de interesse	Categorias da base de dados		
	1986	1996	2006
Idade da mulher (15-49 anos)	15, 16, 17, etc. (contínua)	15, 16, 17, etc. (contínua)	15, 16, 17, etc. (contínua)
Religião atual	Católica romana	Católica romana	Católica
	Protestante (crente)	Evangélica (crente)	Evangélica tradicional (protestantismo histórico)
	Espírita Kardecista	Protestante tradicional	Evangélica pentecostal
	Espírita afro-brasileira (macumba)	Espírita Kardecista	Espírita
	Religiões orientais	Religiões orientais	Afro-brasileira (candomblé, umbanda)
	Judaica ou israelita	Umbanda/candomblé	Nenhuma
	Outra	Judaica ou israelita	Outra
	Sem religião	Outra	Não sabe
Cor/raça	Não possui	Branca	Branca
		Preta	Preta
		Parda	Parda
		Amarela/ Oriental	Amarela
		Indígena	Indígena
Casada ou em união atualmente	Não possui	Casada	Sim, formalmente
		Vive em união	Sim, em união com homem
		Não está em união	Sim, em união com mulher
			Não está em união
Alguma vez foi casada ou unida	Sim	Já foi casada	Sim, formalmente
	Não	Já viveu em união	Sim, em união com homem
		Não	Sim, em união com mulher
			Não está em união
Estado civil	Casada	Não possui	Não possui
	União consensual		
	Separada, desquitada ou divorciada		
	Viúva		
	Solteira		
Estado conjugal atual	Não possui	Viúva	Viúva
		Divorciada	Desquitada
		Separada	Separada
			Divorciada
Esteve unida mais de uma vez	Só uma vez	Uma vez	Uma vez
	Mais de uma vez	Mais de uma vez	Mais de uma vez
Idade ao começar a viver com primeiro companheiro	10, 11, 12, 13, 14, 15, etc. (contínua)	10, 11, 12, 13, 14, 15, etc. (contínua)	10, 11, 12, 13, 14, 15, etc. (contínua)
Idade do cônjuge/companheiro	Não possui	15, 16, 17, etc. (contínua)	15, 16, 17, etc. (contínua)
Nível de instrução (anos de estudo)	0,1, 2, etc.	0,1, 2, etc.	0,1, 2, etc.
Trabalha, além das atividades domésticas	Não possui	Sim	Sim
		Não	Não

Fonte: PNDS 1986, 1996 e 2006

Como pode-se observar, no Quadro 3.1, algumas categorias de determinadas variáveis não são comparáveis para os anos considerados. Também se observa que nem todas as variáveis estão presentes para os anos considerados, principalmente para a PNDS de 1986. Diante dessa situação, decidiu-se trabalhar exclusivamente com a PNDS referentes aos anos de 1996 e 2006, em virtude das mesmas possuírem bastantes semelhanças em relação às variáveis de interesse e suas respectivas categorias. Além disso, foi feita a recategorização de algumas variáveis, como religião atual, cor/raça e anos de estudo, de forma a padronizá-las e permitir uma melhor análise comparativa.

A PNDS em 1996 contou com uma amostra de 12.612 mulheres com idades entre 15 e 49 anos e, em 2006, com 15.575, porém como nosso estudo tinha interesse nas mulheres que se encontravam casadas ou unidas a menos de dois anos, desse total de mulheres da amostra inicial foram utilizadas as informações de 500 mulheres com idades entre 15 e 49 anos em 1996 e de 626 mulheres em 2006.

O Quadro 3.2 disponibiliza a recategorização das variáveis de interesse. Cabe mencionar que as categorias: amarela e indígena da variável cor/raça não foram consideradas em virtude das mesmas apresentarem um número de observações muito pequeno ou nulo, no caso de alguns cruzamentos com outras variáveis de interesse.

Quadro 3.2: Variáveis PNDS 1996 e 2006

Variáveis de interesse	Categorias da base de dados		Categorias agrupadas
	1996	2006	
Religião atual	Católica romana	Católica	Católica
	Evangélica (crente)	Evangélica tradicional (protestantismo histórico)	Evangélica
	Protestante tradicional	Evangélica pentecostal	
	Espírita Kardecista	Espírita	Outras
	Religiões orientais	Afro-brasileira (candomblé, umbanda)	
	Umbanda/candomblé	Outra	
	Judaica ou israelita	Não sabe	
	Outra		
	Sem religião	Nenhuma	Sem religião
Cor/raça	Branca	Branca	Branca
	Preta	Preta	Preta
	Parda	Parda	Parda
	Amarela/ Oriental	Amarela	
	Indígena	Indígena	
Idade ao começar a viver com primeiro companheiro	10, 11, 12, 13, 14, 15, etc. (contínua)	10, 11, 12, 13, 14, 15, etc. (contínua)	10 a 14
			15 a 19
			20 a 24
			25 a 29
			30 a 34
			35 a 39
			40 a 49
Nível de instrução (anos de estudo)	0,1, 2, etc. (contínuo)	0,1, 2, etc. (contínuo)	0 a 3
			4
			5 a 7
			8
			9 a 10
			11
			12 ou mais

Fonte: PNDS 1996 e 2006

3.4. Comparação de algumas medidas de nupcialidade comuns ao Registro Civil e a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde

Nesta seção encontra-se uma comparação entre algumas medidas de nupcialidade, tais como: o percentual de mulheres em primeiro casamento ou recasamento e a idade ao casar, a partir das informações presentes no Registro Civil e na PNDS. O objetivo dessa comparação é verificar a consistência dessas medidas. Foram consideradas as características das mulheres de 15 a 49 anos que se uniram ou se casaram a menos de dois anos da data da entrevista, no caso da PNDS e para o Registro Civil considerou-se os períodos correspondentes aos anos 1994-1996 e 2004-2006, com a finalidade de compatibilizar os períodos de estudo de ambas as pesquisas.

A Tabela 3.1 mostra a proporção de primeiros casamentos e recasamentos em relação ao total de casamentos a partir do Registro Civil e da PNDS no Brasil em 1996 e 2006. De um modo geral, pode-se constatar que no Registro Civil a proporção de primeiros casamentos em relação ao total de casamentos é bem elevada, mas apresenta uma tendência de redução para as mulheres no período considerado, embora a maioria dos casamentos ainda seja constituída de primeiros casamentos.

Na comparação entre os dados provenientes do Registro Civil e da PNDS, pode-se observar que em 1996, a diferença entre os percentuais de primeiros casamentos dessas duas fontes de dados é de 3 pontos percentuais. Em 2006, tal diferença é de 0,2 pontos percentuais. Deste modo, os dados referentes aos percentuais de primeiros casamentos ou recasamentos da PNDS estão mais próximos dos dados do Registro Civil em 2006.

Tabela 3.1: Tipo de uniões das mulheres de 15 a 49 anos, em primeira união ou superior. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem)

Tipos de uniões	1996			2006		
	1ª vez	2ª ou superior	Total	1ª vez	2ª ou superior	Total
Registro Civil	96.9	3.1	100	94.4	5.6	100
PNDS	93.9	6.1	100	94.2	5.8	100

Fonte: Registro Civil e PNDS 1996 e 2006

Os Gráficos 3.1 e 3.2 nos permite fazer comparação entre os dados do Registro Civil e da PNDS em relação à idade ao primeiro casamento. Com isso, pode-se verificar que em 1996 a freqüência de primeiros casamentos para mulheres com menos de 15 anos ou com mais 35 anos é pequena tanto no Registro Civil como na PNDS. Além disso, os maiores percentuais de primeiros casamentos concentram-se nas faixas de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos.

Já em 2006, diferentemente da PNDS, as faixas de idade com os maiores percentuais para primeiros casamentos no Registro Civil são 20 a 24 anos e 25 a 29 anos. Continua a tendência observada no Registro Civil para 1996 de um percentual pequeno de primeiros casamentos para mulheres com menos de 15 anos, mas observa-se um aumento no percentual de casamentos de mulheres com mais de 35 anos. Cabe destacar que a faixa de 15 a 19 anos da PNDS apresentou grande discrepância (mais de 20 pontos percentuais) em relação ao percentual de primeiros casamentos obtidos pelo Registro Civil.

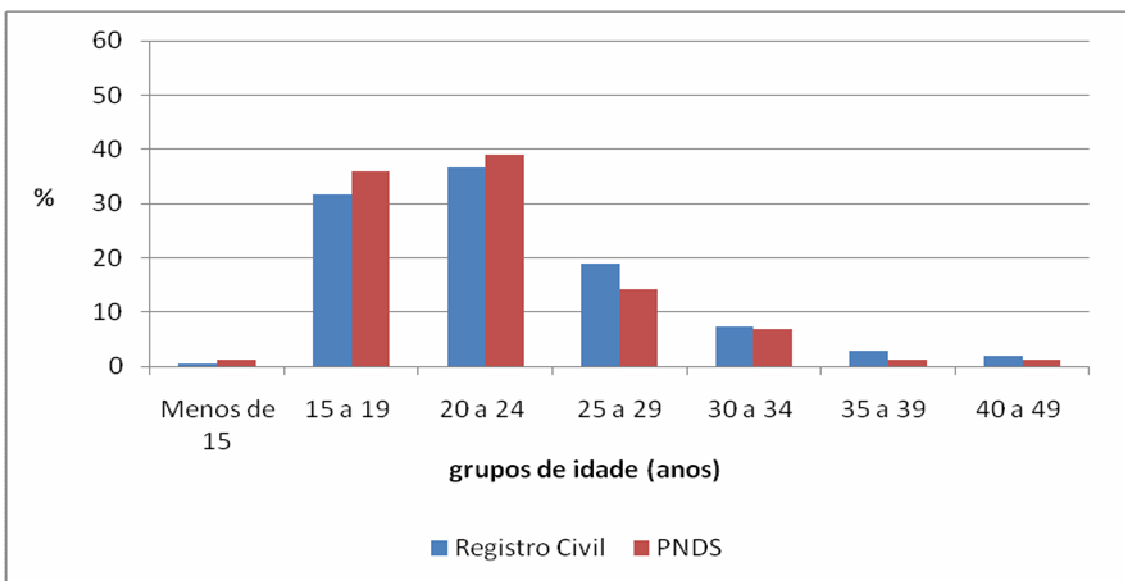


Gráfico 3. 1: Distribuição da idade ao casar das mulheres no primeiro casamento e com duração da união inferior a dois anos. Brasil, 1996.

Fonte: Registro Civil e PNDS 1996

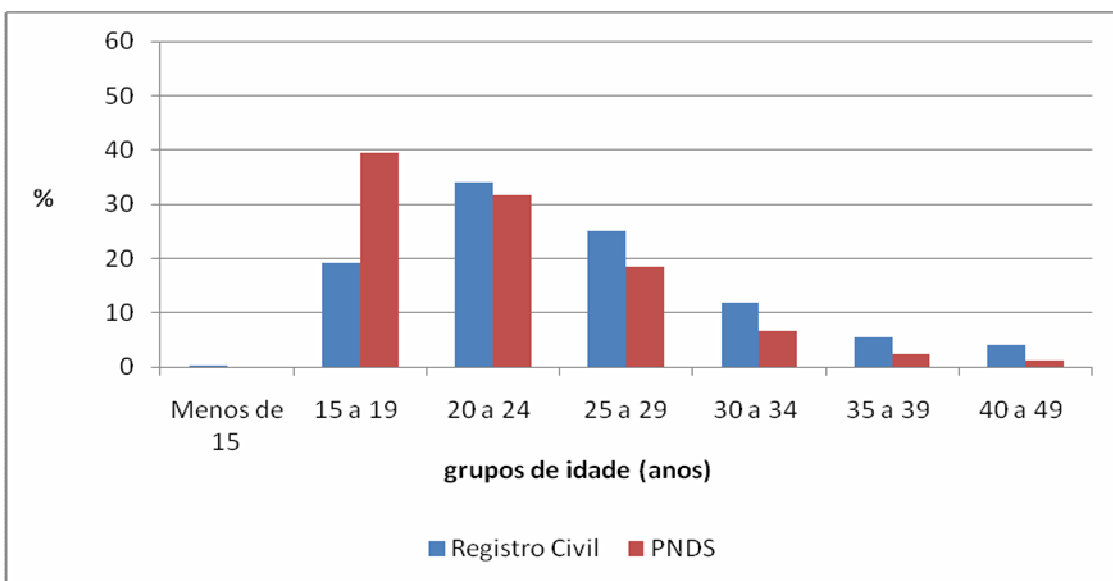


Gráfico 3.2: Distribuição da idade ao casar das mulheres no primeiro casamento e com duração da união inferior a dois anos. Brasil, 2006.

Fonte: Registro Civil e PNDS 2006

No Gráfico 3.3 apresenta-se a distribuição percentual das mulheres no primeiro casamento com duração da união inferior a dois anos, por grupos da idade ao casar, em ambos os anos considerados. Com isso, pode-se notar que as curvas da PNDS e Registro Civil nos anos de 1996 que representam a distribuição da idade ao casar das mulheres no primeiro casamento são parecidas. Já as curvas que representam essa distribuição para 2006 são bem diferentes, isto é, a freqüência de mulheres que se casaram pela primeira vez na faixa etária de 15 a 19 anos na PNDS de 2006 é bem superior ao Registro Civil de 2006. A partir da faixa etária de 20 a 24 anos houve um decréscimo na freqüência de casamentos, o Registro Civil de 2006 era um pouco superior a PNDS de 2006.

Em relação ao Registro Civil, em 1996, a freqüência de mulheres que se casaram pela primeira vez com idades entre 15 e 19 anos é bastante superior ao ano de 2006. Na faixa de 20 a 24 anos tal diferença diminui, embora a freqüência em 1996 continue maior. A partir da faixa de 25 a 29 anos observa-se uma mudança de comportamento, ou seja, a freqüência de casamentos em 2006 passa a ser maior que 1996.

Assim, as curvas referentes à idade ao casar comparada em 1996 para o Registro Civil e para a PNDS são bastante semelhantes, o que não acontece com o ano de 2006 para ambas as pesquisas.

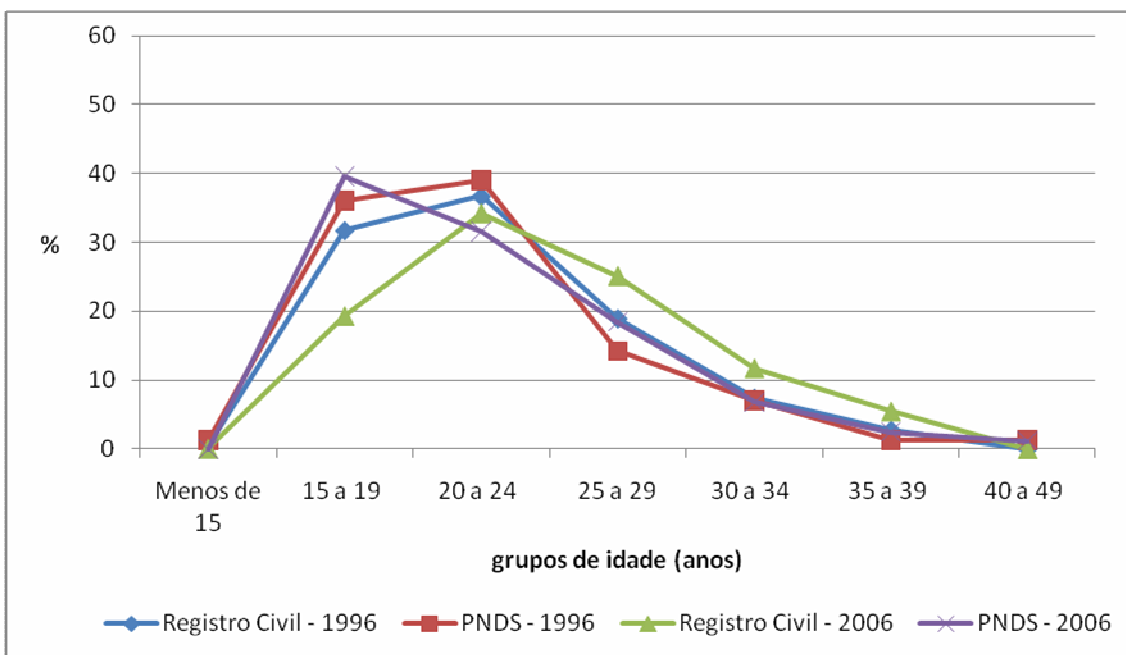


Gráfico 3.3: Distribuição da idade ao casar das mulheres no primeiro casamento e com duração da união inferior a dois anos. Brasil, 1996 e 2006.

Fonte: Registro Civil e PNDS 1996 e 2006

É importante lembrar que no Registro Civil estão apenas os dados referentes aos casamentos, não contendo, portanto os dados referentes às uniões consensuais. Assim, se determinado casamento não foi de fato a primeira união da pessoa, a idade ao primeiro casamento dessa pessoa declarada ao Registro Civil será aquela no momento do casamento, como conseqüência a idade à primeira união estará superestimada.

De qualquer modo, é relevante confrontar as informações provenientes da PNDS com aquelas presentes no Registro Civil, a fim de se observar as tendências gerais das medidas de nupcialidade analisadas e também examinar as diferenças encontradas nessas medidas.

4. Características das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união

Neste capítulo apresenta-se uma análise das primeiras uniões ou casamentos das mulheres de 15 a 49 anos a partir das informações disponíveis na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) realizadas nos anos de 1996 e 2006. As variáveis consideradas foram: idade ao casar, religião, cor/raça, presença de filhos tidos antes do início da união, nível de instrução e participação no mercado de trabalho, estas duas últimas variáveis foram consideradas no momento próximo ao início da união. Os tamanhos da amostra por característica analisada para todas as seções deste capítulo encontram-se no Apêndice A. Cabe ressaltar que a partir da seção 4.2 utilizar-se-á a *proxy* definida no capítulo 1, página 6.

4.1. Características das mulheres de 15 a 49 anos

Na Tabela 4.1 apresenta-se a situação conjugal das mulheres de 15 a 49 anos, no Brasil, em 1996 e 2006. Pode-se observar que a proporção de mulheres casadas, solteiras e viúvas diminuiu. Em contrapartida, a proporção de mulheres que se declararam unidas, separadas e divorciadas aumentou. Essas mudanças são maiores para as casadas, que passam de 47,4% em 1996, para 36,8% em 2006, uma redução de mais de 10 pontos percentuais; e para as unidas que de 12,7% em 1996 chegam a 27,3% em 2006, um aumento de quase 15 pontos percentuais no período. Estes resultados são o reflexo de mudanças que vem ocorrendo na nupcialidade nas últimas décadas, como o aumento das uniões consensuais em detrimento dos casamentos legais. No

entanto, a maior parcela de população feminina de 15 a 49 anos está na categoria casada, 36,8% em 2006. Ressalta-se que os dados apresentados nessa Tabela são consistentes com os dados do Censo 2000, considerando as mesmas categorias e o intervalo de idade.

Tabela 4.1: Situação conjugal das mulheres entre 15 e 49 anos. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).

Situação Conjugal	1996	2006
Solteira	30.6	25.8
Casada	47.4	36.8
Unida	12.7	27.3
Viúva	1.6	1.4
Separada	6.7	7.4
Divorciada	1.0	1.4
Total	100	100

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Considerando-se os dois tipos de união, casadas e unidas, analisa-se a seguir sua distribuição com relação ao número de uniões. Pode-se verificar na Tabela 4.2 que entre as mulheres em primeira união, tanto em 1996 como em 2006, a maioria é casada, embora esse percentual diminuiu de 84,5% em 1996 para 65,7% em 2006. Já, entre as mulheres que estavam em segunda união ou superior, a maioria se declarou unida e esse percentual aumentou de 61% em 1996 para 81,1% em 2006, um aumento de 20 pontos percentuais, quase equivalente ao aumento das uniões consensuais no caso de primeiras uniões, no mesmo período. Desse modo, os dados apresentados nesta tabela refletem as mudanças ocorridas na nupcialidade citadas anteriormente, ou seja, o aumento das uniões consensuais em detrimento dos casamentos.

Tabela 4.2: Distribuição do tipo de união das mulheres de 15 a 49 anos, segundo o número de uniões. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).

Número de uniões	1996			2006		
	Casadas	Unidas	Total	Casadas	Unidas	Total
Uma vez	84.5	15.5	100	65.7	34.3	100
Mais de uma vez	39.0	61.0	100	18.9	81.1	100

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Por outro lado, observa-se na Tabela 4.3 que a maioria das mulheres casadas está em sua primeira união (94% dos casos) e essa característica quase não muda com o tempo. Já no caso das mulheres em união consensual, a porcentagem em primeira união é bem menor (ao redor de 65%) e essa característica também se altera muito pouco na década, passando de 64,2% em 1996 para 66,2% em 2006. Assim, a maior parte das mulheres em uniões legais ainda está no seu primeiro casamento, reforçando o resultado observado na Tabela 4.2 e mostrando também um caráter de maior estabilidade dos casamentos com relação às uniões consensuais e uma preferência pela união consensual no caso de recasamentos.

Tabela 4.3: Tipo de união das mulheres de 15 a 49 anos, em primeira união ou superior. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).

Tipos de uniões	1996			2006		
	1ª união	2ª ou superior	Total	1ª união	2ª ou superior	Total
Casadas	93.9	6.1	100	94.2	5.8	100
Unidas	64.2	35.8	100	66.2	33.8	100

Fonte: PNDS 1996 e 2006

A Tabela 4.4 complementa as duas tabelas anteriores mostrando o peso do tipo de união e a ordem da união no conjunto das mulheres unidas ou casadas de 15 a 49 anos, população alvo das PNDS de 1996 e 2006. O que se observa é um aumento da situação conjugal de recasamento (12,4% em 1996 para 17,7% em 2006) e uma redução da proporção de primeiros casamentos ou primeiras uniões (87,6% em 1996 para 82,3% em 2006). Além disso, na década, a maioria dessas mulheres casadas se encontrava no primeiro casamento, embora tal percentual tenha diminuído em quase vinte pontos percentuais, passando de 74,0% em 1996 para 54,1% em 2006. Por outro lado, o percentual de mulheres unidas em primeira união aumentou em quase 15 pontos percentuais, passando de 13,6% para 28,2% no mesmo período. Por último cabe destacar o grande aumento dos recasamentos em uniões consensuais que passa de 7,6% em 1996 para 14,4% em 2006, explicando o aumento dos recasamentos do período.

Tabela 4.4: Tipos de união e número de uniões das mulheres de 15 a 49 anos. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).

Tipos de uniões	1996			2006		
	1ª união	2ª ou superior	Total	1ª união	2ª ou superior	Total
Casadas	74.0	4.8	78.87	54.1	3.4	57.5
Unidas	13.6	7.6	21.13	28.2	14.4	42.5
Total	87.6	12.4	100	82.3	17.7	100

Fonte: PNDS 1996 e 2006

O Gráfico 4.1 apresenta a distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união por tipo de união segundo a duração. Pode-se observar que tanto para o ano de 1996 como para 2006, as menores durações apresentam os maiores percentuais de uniões consensuais refletindo uniões

mais recentes. Por outro lado, nota-se um padrão oposto no caso dos casamentos, visto que estes apresentam percentuais maiores em durações mais longas, sugerindo uma maior estabilidade destes, em relação às uniões consensuais. Estes resultados mostram claramente padrões distintos para os tipos de união com respeito à duração. Uma explicação para o padrão observado é o efeito da estrutura etária da população.

O Gráfico 4.2 mostra uma maior freqüência de uniões consensuais nas faixas etárias mais jovens, sugerindo que a duração dessas uniões pode ser menor. Enquanto que uma maior freqüência de casamentos ocorre quando as mulheres estão em faixas etárias não tão jovens como nos casos das uniões consensuais.

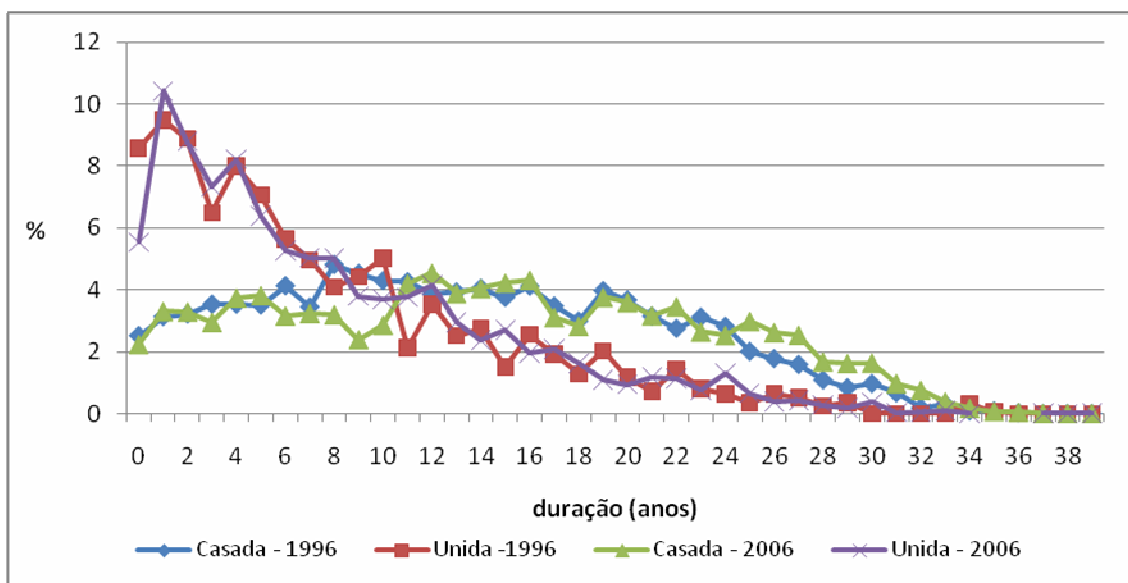


Gráfico 4.1: Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união por tipo e duração da união. Brasil, 1996 e 2006.

Fonte: PNDS 1996 e 2006

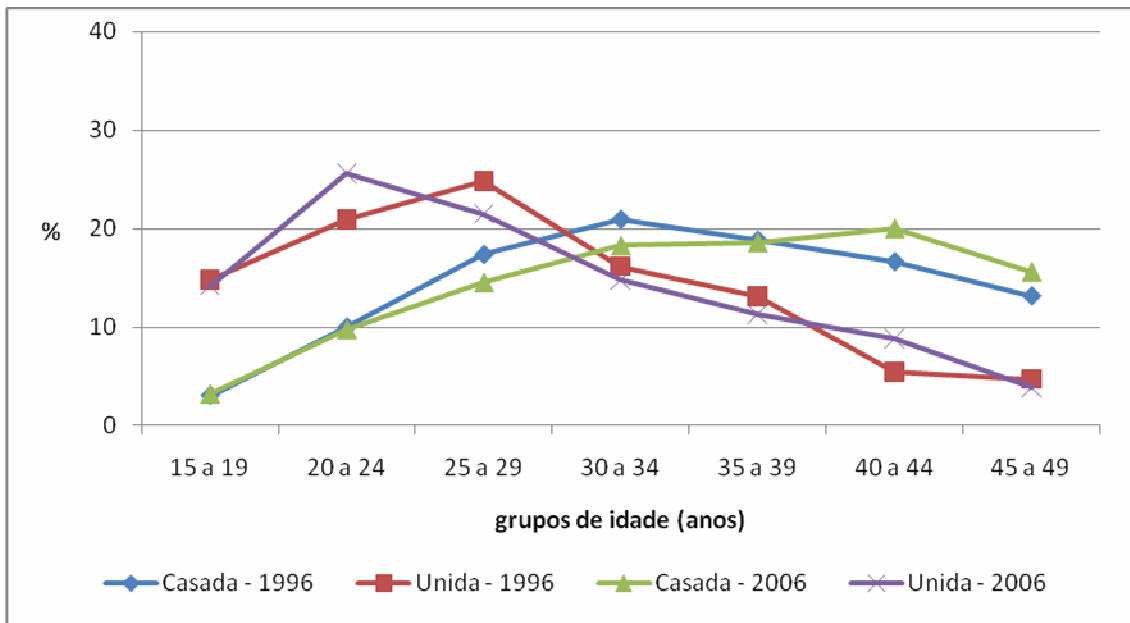


Gráfico 4.2: Distribuição percentual por grupos de idade das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união ou primeiro casamento com no máximo um ano de duração da união. Brasil, 1996 e 2006.

Fonte: PNDS 1996 e 2006

4.2. Análise das características das mulheres de 15 a 49 anos ao início da primeira união

Com o objetivo de analisar as características das mulheres ao optar por um casamento civil ou uma união consensual ao iniciar sua primeira união, utilizou-se como *proxy* as mulheres de 15 a 49 anos incluídas nas pesquisas da PNDS de 1996 e 2006 e que se encontravam em primeira união, mas cuja duração era inferior a dois anos completos no momento da entrevista, para assim poder analisar algumas de suas características, declaradas no momento da entrevista e que estas pudessem refletir as características ao início da união. As variáveis consideradas foram: idade ao casar, nível de instrução,

participação no mercado de trabalho, religião, cor/raça, presença ou não de filhos no início dessa primeira união consensual ou do primeiro casamento.

4.2.1. Idade ao casar

Os Gráficos 4.3 e 4.4 apresentam o percentual de mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com duração da união inferior a dois anos, por grupos de idade ao casar. Os resultados mostram que a maioria das mulheres iniciou sua primeira união consensual ou seu primeiro casamento civil na faixa etária entre 15 e 29 anos. Dessa forma, a proporção de mulheres que se uniram consensualmente ou se casaram com idades inferiores a 15 anos ou superiores a 30 anos foi, em ambos os casos, menor do que 11%.

Em 1996, as mulheres que se casaram a menos de dois anos concentravam-se na faixa de 20 a 24 anos (39%), enquanto que a grande maioria das mulheres que se uniram consensualmente a menos de dois anos concentrava-se na faixa de 15 a 19 anos (49,3%), o que mostra a maior incidência de uniões consensuais no grupo mais jovem. Já em 2006, tanto as mulheres que se casaram como as que se uniram a menos de dois anos concentravam-se na faixa etária de 15 a 19 anos, o percentual das casadas passou de 36% em 1996 para 39,6% em 2006, e o das unidas consensualmente de 49,3% para 50,7%. Assim, houve uma mudança de padrão nos casamentos, que antes se concentravam na faixa etária de 20 a 24 anos e passou a ter grande incidência na faixa etária de 15 a 19 anos.

A faixa etária de 20 a 24 anos apresenta uma mudança importante, visto que o percentual de casamentos diminuiu de 39% em 1996 para 31,6% em

2006 e o percentual de uniões consensuais aumentou de 21,1% para 33,8% no mesmo período. Assim, em 2006 as uniões consensuais que se iniciaram nesta faixa etária também passaram a ser maioria, com relação aos casamentos. Já na faixa de 25 a 29 anos ocorreu um fenômeno inverso, observa-se uma redução das uniões consensuais, passando de 16,4% em 1996 para 7,2 em 2006 e um aumento dos casamentos legais, de 14,2% em 1996 para 18,4% em 2006. Isto pode ser resultado de certo adiamento do início da primeira união, quando se trata de casamento legal.

Logo, pode-se concluir que as maiores mudanças observadas na escolha do tipo de união entre 1996 e 2006 se observam na faixa etária de 15 a 29 anos, idades nas quais concentra-se o início das primeiras uniões (mais de 89,2% delas iniciam-se nesse intervalo de idade).

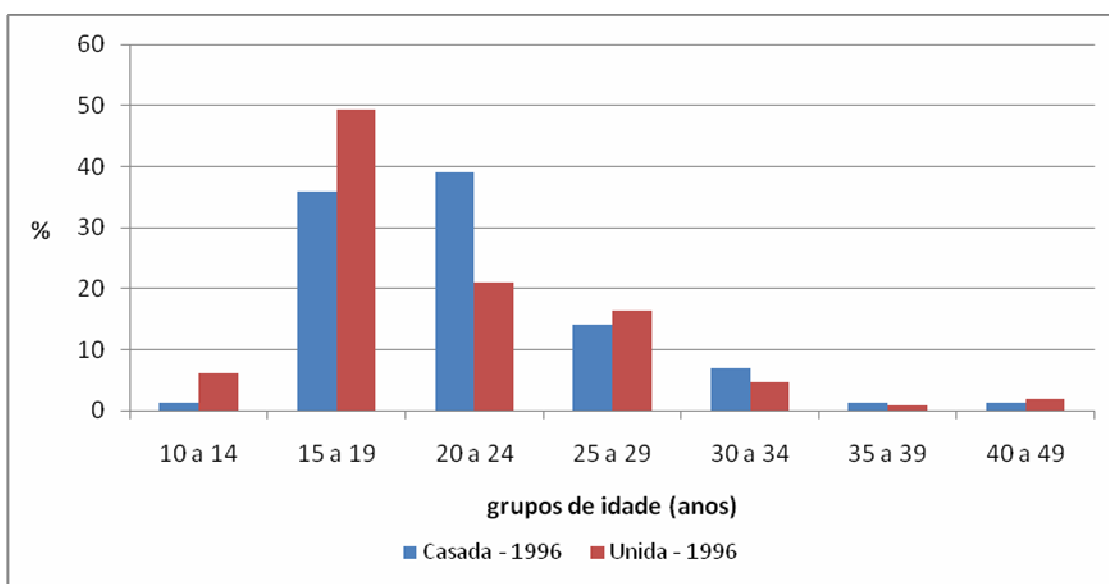


Gráfico 4.3: Distribuição da idade das mulheres de 15 a 49 anos ao início da primeira união com duração inferior a dois anos. Brasil, 1996.

Fonte: PNDS 1996

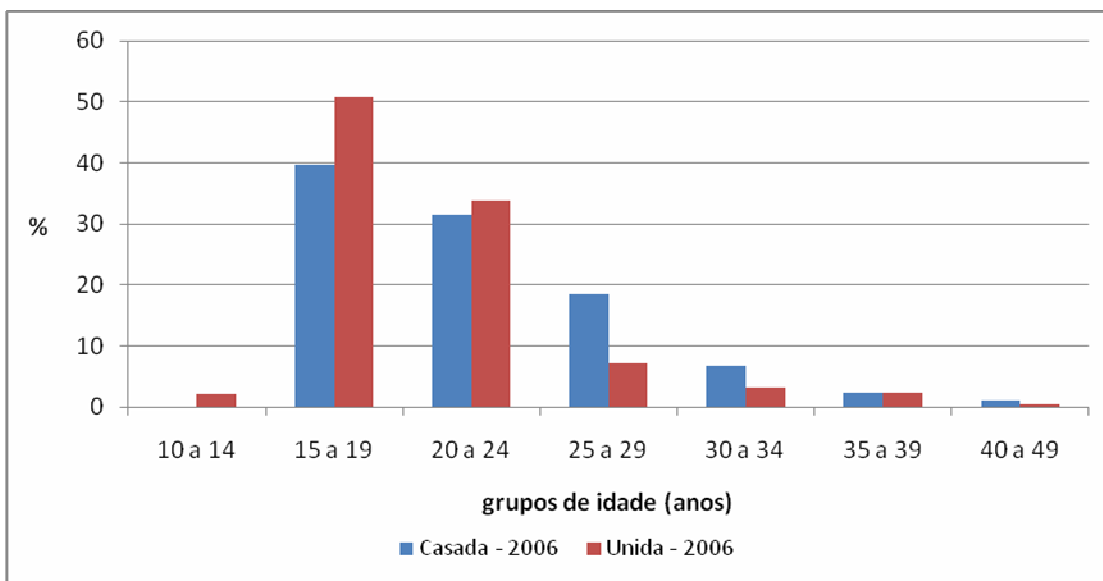


Gráfico 4.4: Distribuição da idade das mulheres de 15 a 49 anos ao início da primeira união com duração inferior a dois anos. Brasil, 2006.

Fonte: PNDS 2006

O Gráfico 4.5 mostra uma visão conjunta para os dois anos considerados, nos gráficos anteriores, destacando-se que tanto as primeiras uniões consensuais como os primeiros casamentos civis estão concentrados nas idades de 15 e 24 anos. As uniões consensuais e casamentos para mulheres com menos de 15 anos e mais de 35 anos são menos freqüentes. Cabe destacar também que houve um rejuvenescimento dos casamentos legais, na década analisada, resultado não esperado conforme a literatura apresentada no Capítulo 2. Todavia é importante ressaltar que o tamanho da amostra é pequeno (vide Apêndice A, Tabela A.3 e Tabela A.4), portanto as conclusões devem ser vistas com cautela.

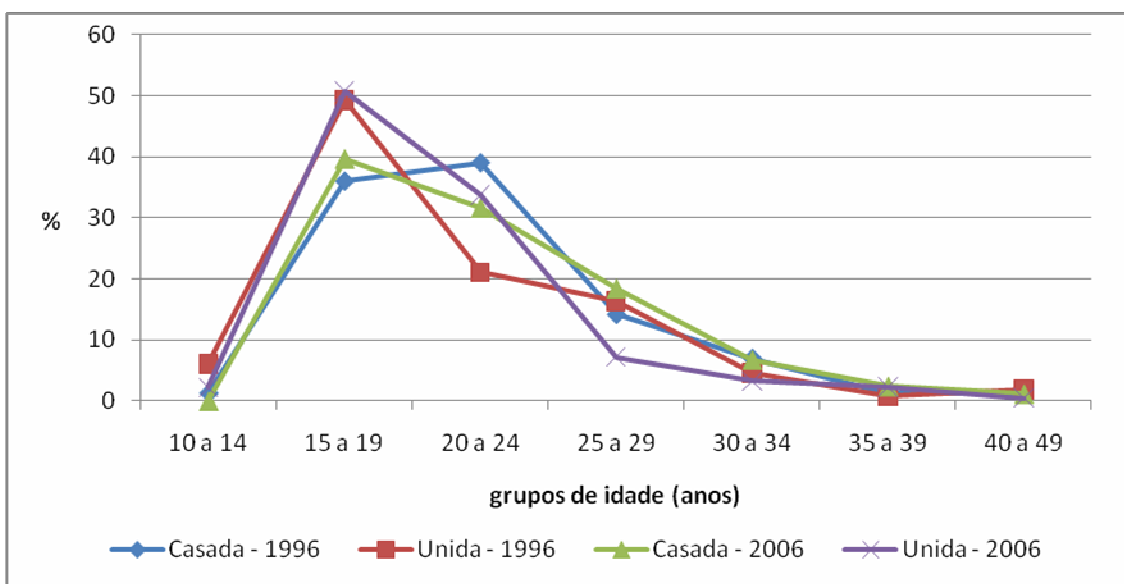


Gráfico 4.5: Distribuição da idade das mulheres de 15 a 49 anos ao início da primeira união com duração inferior a dois anos. Brasil, 1996 e 2006.

Fonte: PNDS 1996 e 2006

É importante ressaltar que quando se considera a idade ao primeiro casamento civil a partir dos dados do Registro Civil, pode-se incorrer no erro de que o primeiro casamento não seja de fato a primeira união, embora se trate do primeiro casamento civil. Se este casamento correspondesse à legalização de uma união consensual, a idade ao início do casamento estará superestimada, pois aquele casamento não reflete o início da primeira união, ou seja, a idade em que a pessoa começou a viver com o primeiro companheiro. Este problema está contornado através das informações sobre primeiro casamento disponíveis nas PNDS utilizadas.

4.2.2. Nível de instrução

Muitos estudos sobre os padrões e características de formação da primeira união, consensual ou civil, relacionam o aumento do nível educacional das mulheres com a diminuição do número de casamentos ou o adiamento dos mesmos (Kalmijn, 2007; Domínguez-Folgueras e Castro-Martín, 2008; Thornton *et al.*, 1995).

Em relação ao nível de instrução das mulheres que iniciaram sua primeira união há no máximo dois anos anteriores à realização das PNDS de 1996 e 2006, de uma maneira geral, observa-se um aumento no número de anos de estudo acompanhando a tendência nacional de aumento do nível de escolaridade das mulheres no Brasil.

De acordo com os Gráficos 4.6 e 4.7, pode-se observar que em 1996 a maioria das mulheres que inicia sua primeira união consensual ou seu primeiro casamento com menos de 8 anos de estudo representam, respectivamente, 78,6% e 51,8%. Por outro lado, este padrão é completamente diferente em 2006, onde a maioria das mulheres inicia sua primeira união com mais de 8 anos de estudo, sendo que no caso das uniões consensuais são 49,5% das mulheres e 69,8% para mulheres que contraem casamentos civis.

Cabe ressaltar que houve um aumento no percentual de mulheres em primeiro casamento com 8 anos de estudo, que passou de 12,9% em 1996 ,para 16,1% em 2006. O percentual de mulheres em primeira união consensual com esse mesmo nível de instrução aumentou de 9,5% em 1996 para 17,1%

em 2006. Desse modo, houve um aumento do número de pessoas com nível fundamental.

Em relação às mulheres com 11 anos de estudo, enquanto que o percentual de mulheres que se casaram pela primeira vez, de 1996 para 2006, cresceu mais do que o dobro, sendo em 1996, pouco menos do que 20% das mulheres casadas e em 2006 esse percentual aumenta para mais de 40%. No caso das mulheres que se uniram consensualmente, o percentual de mulheres com esse nível de instrução aumentou quase quatro vezes, passando de pouco mais de 5%, em 1996, para quase 25% em 2006. Portanto, houve um aumento do número de pessoas com nível médio.

Assim, observa-se que em 1996 o percentual de mulheres de 15 a 49 anos que iniciaram sua primeira união consensual possuíam menos instrução que as mulheres que se casaram pela primeira vez a menos de dois anos. Em 2006, ainda verifica-se que as mulheres que optaram por uma primeira união consensual são, em média, mulheres com menores níveis de instrução do que as que se casaram.

Segundo Thornton et al. (1995), o efeito esperado do nível de instrução na coabitação ou no casamento é de um adiamento do início dos mesmos, no entanto tal efeito é bem menor para a coabitação do que para o casamento. E, de acordo com Domínguez-Folgueras e Castro-Martín (2008), para uma mulher com maior nível educacional, os “ganhos” em relação ao casamento diminuem, logo, o que se espera é que as mulheres com baixos níveis de instrução tenham maiores “ganhos” em virtude da possível dependência econômica em relação ao cônjuge.

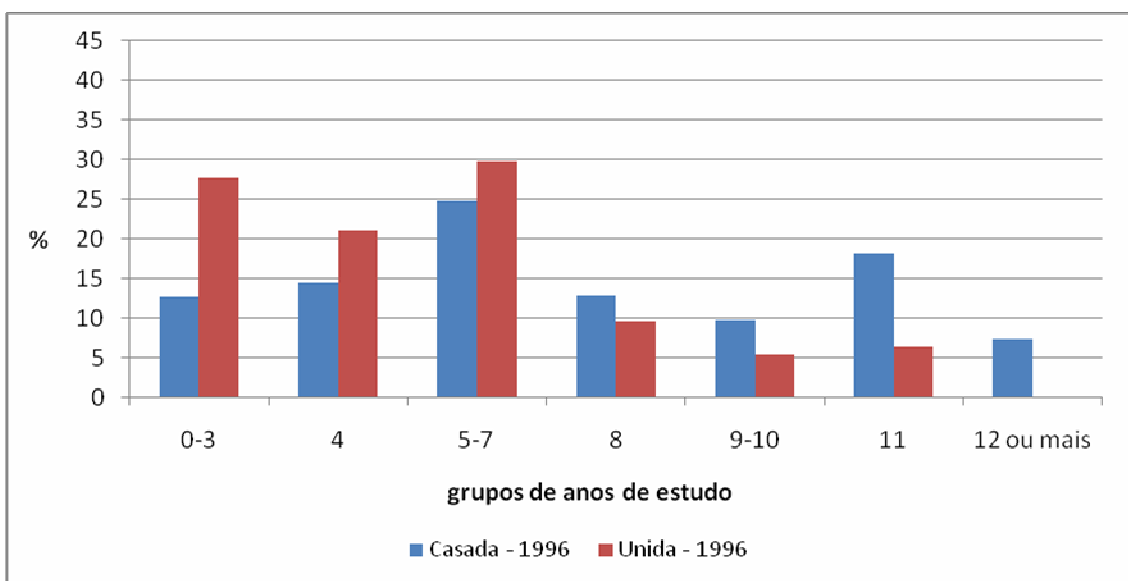


Gráfico 4.6: Distribuição de anos de estudo de mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com duração da união inferior a dois anos. Brasil, 1996.

Fonte: PNDS 1996

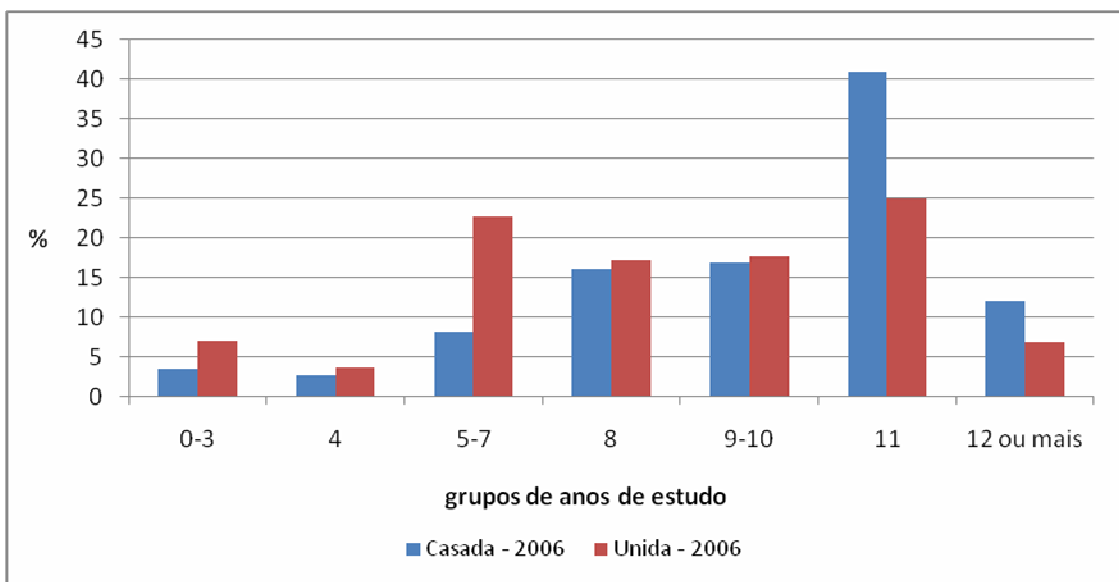


Gráfico 4.7: Distribuição de anos de estudo de mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com duração da união inferior a dois anos. Brasil, 2006.

Fonte: PNDS 2006

O Gráfico 4.8 mostra a distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união, com duração da união inferior a dois anos, por anos de estudo, para 1996 e 2006. Neste gráfico, pode-se observar mais claramente o avanço da população feminina quanto ao nível de instrução na década considerada, através do aumento dos anos de estudo das mulheres em primeira união ou primeiro casamento. As diferenças observadas entre as mulheres casadas e unidas consensualmente mostram que o tipo de primeira união escolhida está relacionado com o nível de instrução, pois os maiores percentuais de uniões consensuais são encontrados nos grupos de mulheres com baixa instrução, principalmente em 1996, e as mulheres casadas concentram-se nos mais elevados níveis educacionais, principalmente em 2006. Estes resultados também podem ser observados na Tabela A.10 (Apêndice A), a qual apresenta a escolaridade média das mulheres casadas e unidas nos respectivos anos.

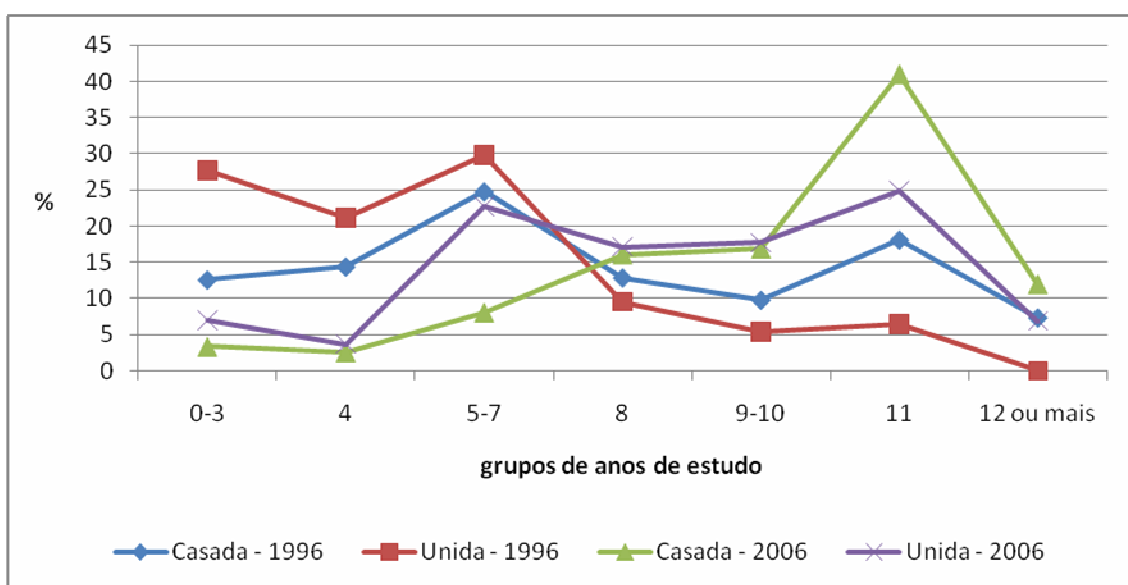


Gráfico 4.8: Distribuição dos anos de estudo de mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com duração da união inferior a dois anos. Brasil, 1996 e 2006.

Fonte: PNDS 1996 e 2006

4.2.3. Participação no mercado de trabalho

A participação no mercado de trabalho é apontada por muitos pesquisadores como uma variável de grande importância no estudo dos casamentos, pois a mesma tem influência na taxa de casamentos, na idade ao casar e no tipo de união escolhido (Bracher e Santow, 1998; Xie *et al.*, 2003; Liefbroer e Corijn, 1999).

Assim, o fato de uma pessoa não estar empregada, isto é, não estar no mercado de trabalho pode ter influência no momento de início de sua união, assim como o tipo de união escolhido.

It is to be expected that unemployment will affect not only the timing of marriage but also the number of people who eventually marry, because high levels of unemployment affect marriage rates at all ages (KALMIJN, 2007, p.246).

Portanto, para a análise das variáveis relacionadas às uniões deve-se considerar a participação no mercado de trabalho, ou seja, se a mulher está ou não trabalhando, pois tal variável pode ajudar a explicar o tipo de união escolhido e a idade ao início dessa união.

Na Tabela 4.5 pode-se verificar que dentre as mulheres em primeira união ou primeiro casamento com duração inferior a dois anos, tanto em 1996 como em 2006, a maioria não trabalhava e os resultados quase não se alteram na década. No caso das mulheres em união consensual, em 1996, o percentual que não trabalha é bem superior ao das casadas 74,5% e 57,6%, respectivamente. Esses percentuais mudam, respectivamente, para 71,5% e

58,6% em 2006, indicando um leve aumento das mulheres que trabalhavam, no caso das que iniciam uma primeira união consensual. Assim, verifica-se que a maioria das mulheres que iniciaram sua primeira união a menos de dois anos, tanto em 1996 como em 2006, não trabalhavam. Isto pode ser devido ao fato que as mulheres que estão fora do mercado de trabalho têm menor custo de oportunidade, conforme sugerido por Liefbroer e Corijn (1999).

Tabela 4.5: Distribuição da participação no mercado de trabalho das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com menos de dois anos de duração. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).

Situação Conjugal	1996			2006		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Casadas	42.4	57.6	100	41.4	58.6	100
Unidas	25.5	74.5	100	28.4	71.6	100

Fonte: PNDS 1996 e 2006

4.2.4. Religião

Alguns estudos mostram que há uma associação positiva entre a religião e a escolha pelo casamento civil como primeira união. Além disso, pessoas que seguem certo tipo de religião tendem a se casar mais cedo, ou seja, há uma diminuição da idade média ao casar nesses casos (Clarkberg *et al.*, 1995; Kalmijn, 2007).

Ao considerar a distribuição por religião das mulheres em primeira união, com duração inferior a dois anos, a Tabela 4.6 mostra que a maioria das mulheres que se uniram consensualmente ou se casaram se declarou católica ou evangélica. Em 1996, a maioria das casadas era católica (80,6%), 1,5% declararam possuir outras religiões e 5,9% se declararam sem religião. No

caso das mulheres que se uniram consensualmente, a maioria também se declara católica 83,6%, mas somente 5,7% se declararam evangélica, uma percentagem bem menor que no caso das casadas (12%) e menos de 1% declaram possuir outras religiões. Por outro lado, a percentagem que se declararam sem religião é superior quando comparada com a das casadas, quase 10%.

Em 2006, a maioria das mulheres que se casou ou se uniu consensualmente a menos de dois anos continua sendo composta pelas mulheres católicas. O percentual de mulheres casadas com menos de dois anos de duração da união que se declararam católicas, evangélicas, outras religiões e sem religião foi, respectivamente, 58,4%, 33,3%, 2,0% e 6,3%. Neste ponto cabe destacar dois grandes tipos de mudança no período 1996 – 2006: em primeiro lugar observa-se uma redução significativa das católicas, que passa de 80,6% entre as casadas em 1996, para 58,4% em 2006; por outro lado, as casadas evangélicas tiveram uma tendência oposta, passando de 12% em 1996 para 33,3% em 2006, um aumento de mais de 20 pontos percentuais. Pelo lado das unidas, se em 1996, 83,6% se declararam católicas, esse percentual chegou a pouco mais de 60% em 2006. No caso das unidas evangélicas, a tendência também se inverte como no caso das casadas evangélicas, passando de 5,7%, em 1996 para 18,8%, em 2006. Outro fato que deve ser ressaltado é que apesar de ambas religiões, católica e evangélica, serem favoráveis ao casamento civil, uma parcela muito significativa dessas mulheres se declarou em primeira união consensual.

Tabela 4.6: Distribuição da religião das mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).

Situação Conjugal	1996					2006				
	Católica	Evangélica	Outras	Sem religião	Total	Católica	Evangélica	Outras	Sem religião	Total
Casadas	80.6	12.0	1.5	5.9	100	58.4	33.3	2.0	6.3	100
Unidas	83.6	5.7	0.8	9.9	100	61.5	18.8	2.4	17.3	100

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Considerando a grande assimetria entre as religiões, considera-se importante ver também a distribuição do tipo de união pela religião. Pela Tabela 4.7 observa-se que, as mulheres em primeira união que declaram algum tipo de religião, o casamento é predominante, variando de 62,2% para as católicas a 78,3% para as evangélicas em 1996. Dentre aquelas que se declararam sem religião, metade era casada, em 1996. Dez anos depois, este quadro muda significativamente: pode-se verificar que dentre as mulheres que se declararam católicas ou evangélicas, houve uma redução de mais de 20 pontos percentuais nos casamentos, não sendo mais o tipo de união da maioria das católicas, bem como das que declararam outro tipo de religião, (mudança de 77,2% para 35,1%). Entre as evangélicas, o casamento ainda é o tipo de união majoritário (54,1%). Por outro lado, entre as mulheres que declararam não possuir religião havia certo equilíbrio nas preferências por casamentos ou uniões consensuais em 1996, mas esse equilíbrio é rompido em 2006, quando a maioria dessas mulheres optou pela união consensual (80,4%). Essas mudanças com relação à opção por determinado tipo de união poderiam ser explicadas pelas mudanças ocorridas no contexto sociocultural, visto que a

religião vem perdendo sua influência, em muitos assuntos, como o uso de anticoncepcionais modernos e a própria união consensual.

Tabela 4.7: Distribuição do tipo de união das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com menos de dois anos de duração, segundo a religião. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).

Religião	1996			2006		
	Casadas	Unidas	Total	Casadas	Unidas	Total
Católica	62.2	37.8	100	38.7	61.3	100
Evangélica	78.3	21.7	100	54.1	45.9	100
Outras	77.2	22.8	100	35.1	64.9	100
Sem religião	50.2	49.8	100	19.6	80.4	100
Total	64.7	35.3	100	37.0	63.0	100

Fonte: PNDS 1996 e 2006

4.2.5. Cor/raça

Alguns autores como Berquó (1987) e Goldstein e Kenney (2001) tem destacado a existência de diferenciais nos padrões de casamento nos distintos grupos raciais. Berquó (1987) destaca para o Brasil que analisando os grupos de cor/raça correspondentes a brancos, pretos e pardos, tem-se que o grupo dos pretos tende a se casar mais tarde e a intensidade da formação da união para esse grupo também é menor que os demais.

Ao considerar a distribuição por cor/raça das mulheres em primeira união ou primeiro casamento, pode-se observar na Tabela 4.8 que, tanto em 1996 como em 2006, os maiores percentuais de mulheres que iniciaram sua primeira união a menos de dois anos eram brancas ou pardas, embora o pequeno percentual de mulheres pretas que casaram em 1996 aumentou de 2,1% para 10,7% em 2006. Com relação às uniões consensuais, observa-se

um padrão diferente dos primeiros casamentos, já que neste tipo de união há um predomínio de mulheres pardas (62,4% em 1996 e 55,0% em 2006), com certa estabilidade da preferência das brancas por este tipo de união (31,6% em 1996 e 33,1% em 2006) e um leve aumento no caso das mulheres pretas (6,1% em 1996 e 11,9% em 2006).

Tabela 4.8: Distribuição da cor/raça das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com menos de dois anos de duração. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).

Situação Conjugal	1996				2006			
	Branca	Preta	Parda	Total	Branca	Preta	Parda	Total
Casadas	48.4	2.1	49.6	100	44.7	10.7	44.7	100
Unidas	31.6	6.1	62.4	100	33.1	11.9	55.0	100

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Levando em consideração que a distribuição da população feminina por cor/raça não é uniforme, nos pareceu importante também analisar os tipos de uniões dentro de cada grupo racial. Assim, na Tabela 4.9 apresenta-se a distribuição por cor/raça¹ das mulheres de 15 a 49 anos em cada tipo de união para os anos 1996 e 2006. Percebe-se que em 1996 a maioria das mulheres brancas ou pretas se casou legalmente (72,5% e 57,7%, respectivamente), sendo que em 2006 essa situação muda, quando a maioria das mulheres brancas, pretas ou parda, passa a se unir consensualmente (54,1%, 58,7% e 61,7%, respectivamente). Essa mudança foi mais significativa nas brancas, que passa de 72,5% casadas em 1996 para 45,9% em 2006 e no caso das mulheres pretas de 57,7% casadas 41,3% no mesmo período. As mulheres

¹ As categorias de cor/raça amarela e indígena foram excluídas pelo fato das mesmas terem um número de observações pequeno ou nulo na amostra (ver Apêndice A, Tabela A.8).

pardas apresentaram um padrão quase constante entre 1996 e 2006, casando-se pouco menos de 40% e optando pela união consensual mais de 60% delas. Ainda através da Tabela 4.9, observa-se que a maioria das mulheres que iniciaram uma primeira união optou pela união consensual, independentemente da categoria de cor/raça considerada. O tamanho da amostra por cor/raça encontra-se na Tabela A.8 do Apêndice A.

Tabela 4.9: Distribuição do tipo de união das mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração, segundo cor/raça. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).

Raça/ cor	1996			2006		
	Casadas	Unidas	Total	Casadas	Unidas	Total
Branca	72.5	27.5	100	45.9	54.1	100
Preta	57.7	42.3	100	41.3	58.7	100
Parda	36.7	63.3	100	38.3	61.7	100
Total	64.7	35.3	100	37.0	63.0	100

Fonte: PNDS 1996 e 2006

4.2.6. Presença ou não de filhos

A presença ou não de filhos no início da primeira união também é uma variável relevante para compreender a escolha do tipo de união. Segundo Domínguez-Folgueras e Castro-Martín (2008), a gravidez aumenta a propensão ao casamento em oposição ao que acontece no caso da existência de filhos fora do mesmo. Nesse caso, a chance de se casar diminui. Mas, por outro lado, uma gravidez também pode não ter como consequência a imediata a transição para uma união, visto que:

We expect pregnancy to be associated with elevated rates of union formation. Nevertheless, the detection of an 'effect' of pregnancy does not necessarily imply that the pregnancy directly precipitated the formation of a union. Sometimes couples may have been planning to live together, or to marry, if and when the woman became pregnant; sometimes they may have been planning to move in together but were overtaken by events, as the pregnancy. (BRACHER E SANTOW, 1998, p. 281)

Logo, esta variável também será considerada na análise utilizando como *proxy* os nascimentos de filhos até 180 dias após a data do início da primeira união ou primeiro casamento. A Tabela 4.10 mostra que em 1996 a maioria das mulheres que iniciaram sua primeira união a menos de dois anos, não tinham tido filhos até 180 dias após a data do início da união², tanto no caso dos casamentos civis (74,3%) como no caso das uniões consensuais (63,5%). Em 2006 essa característica se acentua para 81,1% no caso de casamentos civis e 80,2% no caso de uniões consensuais, ou seja, de 1996 para 2006, além de aumentar o percentual de mulheres sem filhos no início da união, diminui a diferença entre os dois tipos de união. Este resultado também pode estar associado à própria queda da fecundidade no período, logo o efeito desta variável acaba aparecendo com uma importância menor na escolha do tipo de primeira união.

² A utilização da *proxy* se deve ao fato de que caso haja o nascimento de um filho até 180 dias após a data de início da primeira união ou primeiro casamento é porque este filho foi gerado antes e pode ser a razão pela qual os cônjuges fazem a transição para o primeiro casamento ou a primeira união.

Tabela 4.10: Distribuição das mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração, por ter ou não filhos até 180 dias após a data do início da união, pelo tipo de união. Brasil, 1996 e 2006 (em porcentagem).

Situação Conjugal	1996			2006		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Casadas	25.7	74.3	100	18.9	81.1	100
Unidas	36.5	63.5	100	19.8	80.2	100

Fonte: PNDS 1996 e 2006

4.3. Idade média na entrada da primeira união e sua relação com outras variáveis

Nesta seção apresenta-se uma análise da idade média das mulheres de 15 a 49 anos ao entrar na primeira união em relação as demais características consideradas, tais como: participação no mercado de trabalho, religião, cor/raça, presença de filhos (fecundidade) e nível de instrução.

A idade ao início da primeira união consensual ou primeiro casamento é um importante indicador no estudo da nupcialidade, pois a mesma mede o tempo desde o nascimento até o início da união e este tempo pode ser influenciado por diversos fatores, dentre eles estão o nível de instrução e a participação no mercado de trabalho, assim como por mudanças ocorridas na sociedade (Kiernan e Eldridge, 1987; Liefbroer e Corijn, 1999).

Antes de apresentar as análises pretendidas, a Tabela 4.11 mostra a idade média ao início da união das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com duração inferior a dois anos. Podemos observar que a idade média ao início da primeira união no grupo de mulheres estudadas é de aproximadamente 2dois anos para as mulheres casadas e de 20,5 anos para

as unidas consensualmente, tanto para o ano de 1996 como para o ano de 2006. Essa diferença pode estar associada ao fato de que a coabitação poderia estar sendo utilizada como uma alternativa ao casamento, pelas pessoas que não se encontram preparadas para assumir as responsabilidades de uma união legal, mas queiram se beneficiar de alguns aspectos da mesma, como compartilhar a mesma residência, dispor de intimidade sexual, entre outros (Clarkberg et al., 1995; Xie *et al.*, 2003).

Tabela 4.11: Média da idade da primeira união das mulheres com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996	2006
Casadas	22.0	22.2
Unidas	20.6	20.4
Total	21.5	21.1

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Idade média e participação no mercado de trabalho

A participação ou não no mercado de trabalho também pode influenciar a idade ao casar, pois uma mulher economicamente independente pode ter reduzidos os ganhos em relação ao casamento, o que pode adiar a formação da família (Kalmijn, 2007).

A seguir será observada a possível associação entre a idade média ao início da primeira união das mulheres com duração da união inferior a dois anos e sua participação no mercado de trabalho. Pode-se verificar na Tabela 4.12 que as mulheres que não trabalhavam deram início à primeira união mais cedo do que as mulheres que trabalhavam, característica observada no Brasil

tanto em 1996 como em 2006. Isso pode ser pelo fato da possível dificuldade existente em conciliar trabalho e as atividades domésticas, em geral (Liefbroer e Corijn, 1999). Os dados também corroboram os resultados da análise anterior, que mostrou que o início dos primeiros casamentos é um pouco mais tardio que o início das primeiras uniões consensuais. Esses resultados podem ser reflexos de dois fatores; por um lado o menor custo de oportunidade com relação ao casamento das mulheres que não trabalham e, por outro, a difícil conciliação entre trabalho e atividades domésticas, o qual desencorajaria as mulheres que trabalham a se unirem (Liefbroer e Corijn, 1999).

Tabela 4.12: Idade média ao início da primeira união das mulheres de 15 a 49 anos com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e participação no mercado de trabalho. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996		2006	
	Sim	Não	Sim	Não
Casadas	23.9	20.6	23.3	21.3
Unidas	23	19.8	23.5	19.2
Total	23.7	20.2	23.4	19.9

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Idade média e religião

Considerando agora a relação entre a religião e a idade média ao início da primeira união, foi observado anteriormente que há uma relação positiva entre religião e união legal, mas esta relação vem perdendo sua força ao longo da década estudada.

Os resultados gerais da Tabela 4.13 mostram algumas mudanças entre 1996 e 2006. É o caso das evangélicas que diminuem a idade média ao início

da primeira união de 22,8 anos em 1996 para 20,3 anos em 2006. Por outro lado, as católicas mantêm a idade média ao casar em 21,6 anos no período considerado, e a maior mudança corresponde as mulheres que declararam outras religiões, que aumentaram em mais de 4 anos a idade média ao início da primeira união passando de 19,7 anos em 1996 para 24,0 anos em 2006.

As mulheres que se declararam sem religião também apresentaram leve aumento da idade média ao casar entre 1996 e 2006 (18,7 anos e 19,9 anos respectivamente) logo, se em 1996 foram as mulheres evangélicas a maior idade média ao início da primeira união (22,8 anos), em 2006 são as que casam mais jovens (20,3 anos). Essa variação está mais associada a mudança de padrão delas nos casamentos civis, uma vez que a idade média ao casar deste grupo em 1996 era de 23,6 anos e passou para 21,dois anos em 2006, uma redução de mais de dois anos na idade média. Por outro lado, a variação observada para as evangélicas em primeira união consensual foi somente de meio ano de 19,6 anos em 1996 para 19,1 anos em 2006.

A tendência inversa observada para as mulheres da categoria “outras religiões”, também teve sua maior diferença na idade média ao primeiro casamento civil, que aumentou de 19,1 anos em 1996 para 25,4 anos em 2006, um aumento de mais de 6 anos na década. Também, no caso da categoria “outras religiões”, a mudança foi menor entre as primeiras uniões consensuais, onde a idade média ao casar passou de 21,5 anos em 1996 para 23,3 anos em 2006 ou, seja, um aumento de pouco menos de dois anos.

No caso das mulheres católicas e as que se declararão sem religião, estas mantêm seu padrão ao longo da década considerada. Cabe destacar que

o peso relativo das mulheres que declararam possuir “outras religiões” é pequeno na população estudada, assim como as que se declararam sem religião, com isso, as mudanças aqui observadas podem não refletir de fato o padrão da população em relação à religião.

Tabela 4.13: Idade média ao início da primeira união das mulheres de 15 a 49 anos com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e religião. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996				2006			
	Católica	Evangélica	Outras	Sem religião	Católica	Evangélica	Outras	Sem religião
Casadas	21.9	23.6	19.1	20.1	22.8	21.2	25.4	19.6
Unidas	21	19.6	21.5	17.3	20.9	19.1	23.3	20
Total	21.6	22.8	19.7	18.7	21.6	20.3	24.0	19.9

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Idade média e cor/raça

A seguir será analisada a relação entre a idade média ao início da idade da primeira união das mulheres de 15 a 49 anos com duração da união inferior a dois anos e a cor/raça. Pode-se verificar pela Tabela 4.14 que em 1996, assim como em 2006, as mulheres pretas iniciaram sua primeira união mais tarde que as mulheres brancas ou pardas. Este padrão se observa tanto nos casamentos como nas uniões consensuais, sendo que entre 1996 e 2006 verifica-se um leve rejuvenescimento da idade ao casar entre as mulheres brancas e pretas, mais especificamente, uma redução de aproximadamente um ano.

Como se pode observar, as mulheres iniciaram sua primeira união consensual mais cedo do que os primeiros casamentos, independente da

cor/raça. As exceções são as mulheres brancas em 2006, que iniciam o primeiro casamento ou primeira união consensual na mesma idade média (21,6 anos). Logo, os dados corroboram com as características já apontadas pela literatura em relação à idade ao casar conforme a cor/raça das mulheres. Berquó (1987) apontava que as mulheres pretas iniciavam sua união mais tarde que as demais.

Tabela 4.14: Idade média ao início da primeira união das mulheres com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e cor/raça. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996			2006		
	Branca	Preta	Parda	Branca	Preta	Parda
Casadas	22.8	24	21.1	21.6	23.3	22.4
Unidas	21.1	22.7	20.1	21.6	20.7	19.5
Total	22.3	23.2	20.7	21.6	21.8	20.6

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Idade média e presença de filhos

Por último serão observadas a idade média e a presença de filhos no momento do início da união e a idade ao casar. Autores como Domínguez-Folgueras e Castro-Martín (2008) têm afirmado que a chance das mulheres se casarem é reduzida pela presença de filhos fora do casamento. Neste caso, como estamos considerando somente mulheres em primeira união com duração da união inferior a dois anos, a presença de filhos será considerada como tal se a mulher tiver tido filho até 180 dias após a data da união. Os resultados da Tabela 4.15 mostram que a relação entre ter um filho anterior ao início da união e a idade ao início da união, tem efeitos diferentes se tratando de casamento civil ou união consensual, assim como se observa uma mudança

de padrão ao longo do tempo. Em 1996 a presença de filhos aparentemente adiantou os casamentos civis, estes se iniciando aos 21 anos, em média e no caso de não haver filhos aos 22,3 anos. Já no caso das uniões consensuais o resultado é oposto, as mulheres com filhos se unem um pouco mais tarde (21,6 anos) do que aquelas que não têm filhos (20,0 anos). Em 2006 o fato de a mulher ter filho parece não adiantar o início da união, no caso dos casamentos e, todavia, no caso das uniões consensuais o padrão observado em 1996 continua, ou seja, a mulher que tinha filho não se casou, em média, mais cedo do que aquelas que não possuíam. A média da idade da primeira união das mulheres casadas e que tinham filho aumentou 4,2 anos de 1996 para 2006. Já para aquelas que não tinham filho, a média quase não sofreu alterações, ficando ao redor de 22,3 anos. Enquanto que a média da idade da primeira união das mulheres unidas e que tinham filho sofreu um aumento de quase 1 ano, a média para aquelas que não tinham filho diminuiu 0,7 ano.

Tabela 4.15: Idade média ao início da primeira união das mulheres com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e fecundidade pré-nupcial. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996		2006	
	Sim	Não	Sim	Não
Casadas	21.0	22.3	25.2	22.4
Unidas	21.6	20.0	22.5	19.3
Total	21.3	21.6	23.5	20.4

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Idade média e nível de instrução

O nível de instrução é também apontado como um fator que pode ter influência no adiamento da formação de uma nova união, pois o tempo

dedicado aos estudos pode ser reduzido ao iniciar uma família. Isto também pode ter conseqüências negativas com relação a determinadas metas preestabelecidas pelos parceiros, com relação ao alcance de melhores posições no mercado de trabalho em determinado momento.

O tamanho da amostra da PNDS não permitiu para o estudo nesta seção que as categorias desagregadas para anos de estudo fossem mantidas. Todavia, a fim de controlar o efeito da melhoria do nível educacional buscou-se, em geral, um valor para anos de estudo que se assemelhasse com um valor mediano. Com isso, foi possível analisar dois grupos para anos de estudo: um grupo de mulheres com nível de instrução menor ou igual a esse valor mediano e outro acima dele, tanto para o caso das unidas consensualmente bem como para os casamentos civis.

O primeiro grupo para o nível de instrução contém cerca de 50% das mulheres com menor grau de instrução e o segundo grupo contém 50% das mulheres mais instruídas. As novas categorias para anos de estudos são apresentadas no Quadro 4.1, tanto para casamentos civis, bem como para uniões consensuais.

Quadro 4.1: Novas categorias para anos de estudo, 1996 e 2006

Situação Conjugal	1996		2006	
Casadas	Até 7 anos de estudo	8 anos ou mais	Até 10 anos de estudo	11 anos ou mais
Unidas	Até 4 anos de estudo	5 anos ou mais	Até 8 anos de estudo	9 anos ou mais

Fonte: PNDS 1996 e 2006

A Tabela 4.16 permite constatar que as mulheres com maiores nível de instrução se casaram mais tardiamente do que as mulheres com menor nível de instrução. Esse fato também pôde ser observado na entrada das uniões em geral (linha de total), ou seja, sem considerar o tipo de união escolhido. Tal fato já era esperado, pois diante da dificuldade de conciliar as funções exercidas enquanto estudante e as funções ou responsabilidades exercidas dentro da família, os estudantes tenderiam a completar os estudos antes de adquirir as responsabilidades do casamento devido ao custo de oportunidade envolvido (Thornton *et al.*, 1995; Liefbroer e Corijn, 1999). Além disso, observa-se a tendência de elevação da idade ao primeiro casamento de 1996 a 2006, independente do grupo de nível de instrução.

Tabela 4.16: Idade média ao início do primeiro casamento das mulheres com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e nível de instrução mediano. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996		2006	
	Até 7 anos de estudo	8 ou mais	Até 10 anos de estudo	11 ou mais
Casadas	21.0	23.1	21.5	24.0
Total	20.6	22.8	19.3	23.5

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Ao considerar a idade da primeira união consensual, pode-se notar através da Tabela 4.17 que enquanto houve uma redução da idade da primeira união para as mulheres do grupo considerado com menor nível de instrução, houve uma elevação dessa idade para aquelas com maiores níveis

educacionais. Na comparação entre a idade da primeira união sem considerar o tipo de união escolhido (linha de total) e a idade da primeira união consensual, pode-se constatar que as mulheres que se uniram consensualmente têm a idade média da primeira união inferior a idade média do total de mulheres independente do nível de instrução.

Tabela 4.17: Idade média ao início da primeira união das mulheres com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e nível de instrução mediano. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996		2006	
	Até 4 anos de estudo	5 anos ou mais	Até 8 anos de estudo	9 anos ou mais
Unidas	20.7	20.5	18.6	21.3
Total	21.1	21.7	19.6	22.1

Fonte: PNDS 1996 e 2006

4.4. Diferença de idades entre os cônjuges

Embora pouco estudada por conta da falta de dados adequados (Lazo, 1996), a diferença de idades entre os cônjuges é um importante indicador no estudo da nupcialidade, pois a mesma pode indicar se os cônjuges estão na mesma faixa etária, ou seja, se os cônjuges pertencem à mesma geração. Como cada geração pode ser influenciada pelos valores e atitudes de cada época, e com isso, a escolha entre um primeiro casamento ou uma primeira união consensual também pode estar relacionada ao contexto social inserido, visto que:

Consequently, the effect of women's education and employment on union formation might not be homogeneous across cohorts that were socialized under different gender role norms and that enjoyed different educational and labour market opportunities. (DOMÍNGUEZ-FOLGUERAS E CASTRO-MARTÍN, 2008, p. 1533)

Além disso, de acordo com Lazo e Moraes (2004), as maiores diferenças de idades entre os cônjuges são encontradas nas uniões consensuais. Desse modo, essa variável pode indicar o tipo de união escolhido. É importante ressaltar que a maior diferença de idade entre os cônjuges em primeira união consensual pode sugerir um recasamento do homem e somente o primeiro casamento da mulher. A PNDS não possui informação sobre a ordem de união do homem.

A Tabela 4.18 disponibiliza a média da diferença de idades entre os cônjuges em primeiras uniões com duração inferior a dois anos de união, por tipo de união, em 1996 e 2006. De um modo geral, a média da diferença de idades entre os cônjuges para as mulheres que se uniram consensualmente pela primeira vez, é superior a diferença média de idade para as mulheres que se casaram. Cabe ressaltar que entre 1996 e 2006, houve um aumento na média da diferença de idades entre os cônjuges no caso das mulheres que se casaram, passando de 3,9 anos em 1996 para 4,5 anos em 2006. Essa situação não aconteceu em relação às mulheres que se uniram consensualmente, pois tal diferença não sofreu alteração e se manteve ao redor dos cinco anos e meio. Como consequência, a diferença média de idade entre os cônjuges, conforme o tipo de união, diminuiu de seja de 1,6 anos entre os casamentos e as uniões consensuais em 1996, para ao longo da década 0,9 ano em 2006, mostrando uma crescente homogeneização.

Tabela 4.18: Diferença média de idades entre os cônjuges em primeiras uniões com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996	2006
Casadas	3.9	4.5
Unidas	5.5	5.4
Total	4.5	5.0

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Diferença entre as idades e nível educacional

Quando se controla o nível educacional da mulher, neste caso através dos anos de estudo, verifica-se na Tabela 4.18 que em 1996, praticamente não havia distinção entre os dois grupos de mulheres em relação à diferença de idades entre os cônjuges. Já em 2006, a diferença de idades entre os cônjuges aumenta de 1,4 anos para as mulheres consideradas com menores níveis educacionais e praticamente não sofre alteração para o grupo das mais instruídas. Entre as mulheres que se casaram com menores níveis educacionais, verifica-se um aumento na diferença de idades entre os cônjuges de 1996 para 2006. Em contrapartida, houve uma redução na diferença de idades entre os cônjuges para o grupo de mulheres com maiores níveis de instrução no período.

Tabela 4.19: Diferença de idades entre os cônjuges de primeiros casamentos com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e nível de instrução. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996		2006	
	Até 7 anos de estudo	8 ou mais	Até 10 anos de estudo	11 ou mais
Casadas	3.8	3.9	5.2	3.8
Total	4.6	4.3	6.0	3.6

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Ao considerar a diferença de idades entre os cônjuges para as mulheres unidas consensualmente, a Tabela 4.19 mostra que houve um aumento de 2,7 anos na diferença de idades entre os cônjuges para as mulheres com menores níveis de instrução de 1996 para 2006. Já para aquelas com maiores níveis de instrução não se observam grandes alterações em tal diferença.

Tabela 4.20: Diferença de idades entre os cônjuges de primeiras uniões com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e nível de instrução. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996		2006	
	Até 4 anos de estudo	5 anos ou mais	Até 8 anos de estudo	9 anos ou mais
Unidas	4.2	3.7	6.9	3.9
Total	5.1	4.1	6.6	3.9

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Diferença entre as idades e participação no mercado de trabalho

Quando se controla a inserção da mulher na força de trabalho, pode-se observar na Tabela 4.20 que as maiores diferença de idades entre os cônjuges foram registradas no caso das mulheres que se casaram ou se uniram pela primeira vez a menos de dois anos e não trabalhavam. Essa característica se observa tanto para o ano de 1996 como para 2006, com diferença de 4,9 anos e 5,6 anos, respectivamente. Por outro lado, a média da diferença de idades entre os cônjuges é superior no caso das mulheres que se uniram do que as mulheres se casaram, salvo as mulheres que trabalhavam em 2006.

Tabela 4.21: Diferença de idades entre os cônjuges de primeiras uniões com duração da união inferior a dois anos, por tipo de união e participação no mercado de trabalho. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996		2006	
	Sim	Não	Sim	Não
Casadas	3.1	4.4	4.2	4.7
Unidas	5.6	5.5	3.5	6.2
Total	3.8	4.9	3.8	5.6

Fonte: PNDS 1996 e 2006

5. Conclusões e considerações finais

O principal objetivo da presente dissertação foi analisar e discutir as características das mulheres ao início do primeiro casamento ou da primeira união consensual no Brasil. A fonte de dados que permitiu estimar essas características foi a PNDS de 1996 e 2006, através de uma *proxy* que considerou apenas as características das mulheres que se encontravam em primeira união consensual ou no primeiro casamento, mas cuja duração era inferior a dois anos completos.

A análise buscou relacionar o tipo de união escolhido com variáveis como a idade ao casar, o nível de instrução e a participação no mercado de trabalho, no momento próximo ao início da união, assim como a religião, a cor/raça, a presença de filhos anteriores à união. Além disso, variáveis como idade ao casar e diferença de idades entre os cônjuges, foram examinadas a partir das demais características consideradas das mulheres.

A primeira variável analisada foi a idade ao casar. Embora essa variável praticamente não mude de 1996 para 2006, cabe destacar que as mulheres se unem consensualmente mais cedo do que as que se casam. Assim, quando se observa a distribuição desta variável, verifica-se que, tanto em 1996 como em 2006, as maiores freqüências de idade à primeira união consensual concentram-se na faixa de 15 a 19 anos, mas no caso dos primeiros casamentos, essa maior freqüência está na faixa de 20 a 24 anos em 1996, passando para 15 a 19 anos em 2006. Desta forma, mostrando uma maior diferença de idade ao casar entre os dois tipos de união no ano de 1996.

Quando se considera a participação no mercado de trabalho, os resultados mostram que o início das primeiras uniões consensuais e dos primeiros casamentos é mais tardio para as mulheres que trabalham pela dificuldade que pode ocorrer na conciliação entre trabalho e atividade doméstica. Com relação à religião, o que se observa é que, em geral, as mulheres sem religião se unem mais cedo que as mulheres que declaram ter algum tipo de religião. Quando se consideram cor/raça e nível de instrução verificam-se resultados já apontados na literatura que, em geral, pretas se unem mais tarde que brancas e pardas e que as mulheres com maior instrução se unem mais tarde que as menos instruídas.

O nível de instrução das mulheres em primeira união aumentou, em geral, embora houvesse grande incidência de uniões consensuais para mulheres com menores níveis de instrução e tenha ocorrido uma redução nestes casos, registra-se um aumento na incidência de casamentos legais para mulheres com maiores níveis de instrução de 1996 para 2006. Já com relação à participação no mercado de trabalho, os resultados quase não se alteram na década e a maioria das mulheres tanto casadas como unidas não trabalhavam.

Embora a religião possa ter perdido influência na escolha do tipo de união, casamento civil ou união consensual, na década ocorreu uma mudança no padrão de escolha das mulheres que se declararam católicas, pois enquanto em 1996 a maioria optou pelo casamento civil, em 2006 a maioria preferiu a união consensual. Em relação às mulheres que se declararam evangélicas houve uma redução no percentual de mulheres que optaram pelo casamento, ainda que a maioria dessas continuam casando legalmente.

Com relação à variável cor/raça, as mulheres brancas e as mulheres pretas registraram mudança de padrão, pois em 1996 a maioria delas optava pelo casamento civil e, em 2006, passa a optar pela união consensual. Por outro lado, as mulheres pardas não alteraram seu padrão, continuando a maioria escolhendo a união consensual.

A análise da variável que indica a presença ou não de filhos antes do início da união mostrou que na década a maioria das mulheres que se uniram consensualmente ou se casaram pela primeira vez não tinham filhos até 180 dias após a data de início da união. Além disso, o percentual de mulheres sem filhos aumentou de 1996 para 2006, tanto para as mulheres que se uniram como para aquelas que se casaram, como consequência da queda da fecundidade no período.

Outra variável importante de ser considerada na análise da nupcialidade e em particular no início da primeira união é a diferença de idades entre os cônjuges. Esta variável mostrou que as maiores diferenças se observam nas uniões consensuais, o que pode ser um indício de se tratar de uma primeira união da mulher, mas de um recasamento do homem. Quando se controla o nível educacional da mulher, verifica-se que as menores diferenças de idades entre os cônjuges sempre estão entre as mulheres com maior nível educacional, independente do tipo de união. Por outro lado, no grupo das menos instruídas essas diferenças tendem a aumentar de 1996 para 2006, particularmente no caso das unidas consensualmente, reforçando a idéia de se tratar de primeira união da mulher e recasamento do homem. Isto nos remete à necessidade de ampliar as informações levantadas sobre este tema para os homens. Por último, cabe destacar que as mulheres que não trabalhavam

apresentaram maior diferença de idade entre os cônjuges do que as que trabalhavam, em particular as unidas consensualmente, tanto em 1996 como em 2006.

Concluindo, este estudo analisou as principais características das mulheres cônjuges ao início de sua primeira união, que pode ser casamento civil ou união consensual, aprimorando a compreensão dos fatores que podem influenciar na decisão pelo tipo de primeira união, e desta forma, contribuindo para os estudos de nupcialidade no Brasil, já que não se dispunha deste tipo de análise até o momento.

Assim sendo, sugere-se que outros estudos deste tipo sejam desenvolvidos e ampliados no Brasil e, em particular, incluindo informações e análises relativas às características dos homens.

Referências Bibliográficas

ALTMANN, A. M. G.; WONG, L. R. Padrões e tendências da nupcialidade no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Águas de São Pedro, p. 343-415, 1981.

BATALOVA, J.; COHEN, P.N. Premarital cohabitation and housework: Couples in cross-national perspective. *Journal of Marriage and the Family*, v. 64, n.3, p. 129-144, 2002.

BAXTER, J. To marry or not to marry: Marital status and the household division of labour. *Journal of Family Issues*, v. 26, n. 3, p.300-321, 2005.

BERQUÓ, E. Nupcialidade da população negra no Brasil. *Texto NEPO*, Campinas - SP, v. 11, p. 8-43, 1987.

BRACHER, M.; SANTOW, G. Economic independence and union formation in Sweden. *Population Studies*, v. 52, n.3, p. 275-294, 1998.

CHERLIN, A. J. The Weakening Link between Marriage and the Care of Children. *Family Planning Perspectives* 20, p.302-306, 1988.

CLARKBERG, M.; STOLZBERG, R.; WHITE, L. Attitudes, values and entrance into cohabitational versus marital unions. *Social Forces*, v. 74, n. 2, p. 609-634, 1995.

DAVIS, S. N.; GREENSTEIN, T. N.; MARKS, G. J. P. Effects of Union Type on Division of Household Labor: Do Cohabiting Men Really Perform More Housework? *Journal of Family Issues*, v. 28, n. 9, 2007.

DATAFOLHA on-line (16 de abril de 2007). 64% dos brasileiros se declaram católicos. Disponível em:

http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=447. Acesso em: 11 de março de 2010.

DOMÍNGEZ-FOLGUERAS, M.; CASTRO-MARTÍN, T. Women's changing socioeconomic position and union formation in Spain and Portugal. *Demographic Research*, v.19, n.41, 1513-1550, 2008.

DEMOGRAPHIC HEALTH SURVEY (DHS). Disponível em:

<http://www.measuredhs.com/help/Datasets/index.htm> Acesso em: 11 de março de 2010.

FREIRE, F.H. et al. Dinâmica da Nupcialidade: Casamento, Divórcio, Viuvez e Re-casamento no Nordeste. In: *I Encontro sobre Famílias e Políticas Públicas no Brasil, 2005*, Belo Horizonte. Anais do I Encontro sobre Famílias e Políticas Públicas no Brasil. Belo Horizonte: ABEP, 2005.

FREIRE, F.H. et al. Casamento e re-casamento: uma análise multivariada do mercado matrimonial no Nordeste. In: *XV ENCONTRO NACIONAL DA ABEP*. Caxambú: ABEP, 2006.

GOLDSTEIN, J.R.; KENNY, C.T. Marriage delayed or marriage forgone? New cohort forecasts of first marriage for U.S. women. *American Sociological Review*, v. 66, n.4, p. 506-519, 2001.

HOEM, J. M. et al. Levels of recent union formation: Six European countries compared. *Demographic Research*, v. 22, n. 9, p. 199-210, 2010.

Hogan, D. P. The Effects of Demographic Factors, Family Background, and Early Job Achievement on Age at Marriage. *Demography* 15, p. 161-175, 1978.

IBGE. Estatísticas do Registro Civil, vol. 34, p. 1-178, 2007.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/default.shtm>. Acesso em: 3 de junho de 2009.

JORNAL O GLOBO. Rio de Janeiro: Jornal O Globo. Casório comunitário no Império reúne 53 noivos, 31 de agosto de 2009.

JORNAL O GLOBO. Rio de Janeiro: Jornal O Globo. Não basta ser juiz tem que participar, 28 de novembro de 2009.

KALMIJN, M., Explaining cross-national differences in marriage, cohabitation, and divorce in Europe, 1990-2000. *Population Studies*, v. 61, n.3, p. 243-263, 2007.

Kiernan, K. E. and Eldridge, S. M., Age at marriage: Inter and intra cohort variation, *British Journal of Sociology* 38, p. 44-65, 1987.

LAZO, A. C. G. V. Nupcialidade em São Paulo: um estudo por corte e coorte. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1991.

LAZO, A. C. G. V. Os Estudos Contemporâneos sobre Nupcialidade: Uma Revisão Crítica. *Texto NEPO*, Campinas - SP, v. 32, p. 1-77, 1996.

LAZO, A. C. G. V. Nupcialidade nas PNADs-90: um tema em extinção? *Texto para Discussão* n. 889, IPEA, 2002.

LAZO, A. C. G. V.; MORAES, J. R. As uniões consensuais no Estado do Rio de Janeiro em 2000: Um estudo utilizando regressão logística. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ABEP. Caxambú: ABEP, 2004.

LEVY, M. S. F. A escolha do cônjuge. *Revista brasileira de Estudos Populacionais*, v. 26, n. 1, p. 117-133, 2009.

LIEFBROER, A. C., CORIJN, M., Who, What, Where, and When? Specifying the Impact of Educational Attainment and Labour Force Participation on Family Formation. *European Journal of Population* 15, p. 45-75, 1999.

MARCONDES, G. As famílias de segundas uniões: um elo perdido na Demografia da Família. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ABEP. Caxambú: ABEP, 2004.

NERI, M. Sexo, Casamento e Economia. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2005.

PESQUISA NACIONAL SOBRE DEMOGRAFIA E SAÚDE 1996 (PNDS 1996).

Disponível em: http://www.bemfam.org.br/info_publicacoes.php. Acesso em: 6 de novembro de 2010.

PESQUISA NACIONAL SOBRE DEMOGRAFIA E SAÚDE 2006 (PNDS 2006).

Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/pnds.php>. Acesso em: 6 de novembro de 2010.

PROJEÇÕES POPULACIONAIS. Disponível em:

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popuf.def> Acesso em: 3 de junho de 2010.

RHOADES, G. K.; STANLEY, S. M.; MARKMAN, H. J. Couples' Reasons for Cohabitation: Associations with Individual Well-Being and Relationship Quality.

Journal of Family Issues, v. 30, n. 2, p. 233-258, 2009.

RINDFUSS, R. R.; VANDENHEUVEL, A. Cohabitation: A Precursor to Marriage or an Alternative to Being Single? Population and Development Review 16, p.703-726, 1990.

SAMARA, E. M. O Que Mudou na Família Brasileira? (da Colônia à Atualidade). *Psicol. USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, 2002.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200004&lng=en&nrm=iso Acesso em: 7 de agosto de 2010.

SILVA, N. V. Padrões de nupcialidade no Brasil, 1940-1970. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 160, 1979.

SOONS, J. P. M.; KALMIJN, M. Is Marriage More Than Cohabitation? Well-Being Differences in 30 European Countries. *Journal of Marriage and Family* 71, p. 1141-1157, 2009.

SWEENEY, M.; CANCIAN, M. The changing importance of white women's economic prospects for assortative mating. *Journal of Marriage and Family*, v. 66, n. 4, p. 1038-1041, 2004.

THORNTON, A. Cohabitation and marriage in the 1980s, *Demography* 25, p. 497-508, 1988.

THORNTON, A.; AXINN, W.G.; TEACHMAN, J.D. The influence of school enrolment and accumulation on cohabitation and marriage in early adulthood. *American Sociological Review*, v. 60, n. 5, p. 762-774, 1995.

XIE, Y.; Raymo, J.M.; GOYETTE, K.; THORNTON, A. Economic potential and entry into marriage or cohabitation. *Demography*, v. 40, n.2, p. 351-367, 2003.

Apêndice A

Nesta seção, encontram-se os tamanhos da amostra referentes às mulheres de 15 a 49 anos investigadas pela Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) para os anos de 1996 e 2006, por cada variável utilizada no Capítulo 4 dessa dissertação. O tamanho da amostra da pesquisa é de 12.612, em 1996, e 15.575, em 2006.

A Tabela A.1 a seguir apresenta o tamanho da amostra referente à situação conjugal. Na PNDS de 2006 ocorreram 13 casos indeterminados em relação à variável situação conjugal das mulheres.

Tabela A.1: Tamanho da amostra (n) das mulheres de 15 a 49 anos por situação conjugal. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996	2006
Solteira	3853	3821
Casada	5980	5584
Unida	1604	4405
Viúva	205	238
Separada	127	1286
Divorciada	842	228
Total	12612	15562

Fonte: PNDS 1996 e 2006

A Tabela A.2 a seguir apresenta o tamanho da amostra referente por tipo e número de uniões. Para a PNDS de 2006, foram excluídos 25 casos de recusa e sem resposta.

Tabela A.2: Tamanho da amostra (n) das mulheres de 15 a 49 anos por tipo e número de uniões. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996			2006		
	Uma vez	Mais de uma vez	Total	Uma vez	Mais de uma vez	Total
Casadas	5586	366	5951	5230	338	5568
Unidas	1023	572	1595	2887	1484	4371
Total	6609	937	7546	8117	1822	9939

Fonte: PNDS 1996 e 2006

A Tabela A.3 a seguir apresenta o tamanho da amostra referente às mulheres que estavam na primeira união com menos de dois anos de duração, por tipo de união.

Tabela A.3: Tamanho da amostra (n) das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com menos de dois anos de duração, por tipo de união. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996	2006
Casadas	315	228
Unidas	185	398
Total	500	626

Fonte: PNDS 1996 e 2006

A Tabela A.4 a seguir apresenta o tamanho da amostra referente às mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração, por grupos da idade ao casar.

Tabela A.4: Tamanho da amostra (n) das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com menos de dois anos de duração, por grupos da idade ao casar. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal		10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49
1996	Casadas	4	113	123	45	22	4	3	1
	Unidas	11	91	39	30	8	2	1	2
	Total	15	204	162	75	30	6	4	3
2006	Casadas	0	76	79	46	14	6	5	2
	Unidas	15	211	123	30	12	4	2	1
	Total	15	287	202	76	26	10	7	3

Fonte: PNDS 1996 e 2006

A Tabela A.5 a seguir apresenta o tamanho da amostra referente às mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração, por anos de estudo. Na PNDS de 2006 registraram-se 6 casos de missing relativos a variável nível de instrução.

Tabela A.5: Tamanho da amostra (n) das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com menos de dois anos de duração, por anos de estudo. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal		0-3	4	5-7	8	9-10	11	12 ou mais	Total
1996	Casadas	40	45	78	41	31	57	23	315
	Unidas	51	39	55	18	10	12	0	185
	Total	91	84	133	58	41	69	23	500
2006	Casadas	7	6	22	25	36	95	36	227
	Unidas	18	18	97	70	68	106	16	393
	Total	25	24	119	95	104	201	52	620

Fonte: PNDS 1996 e 2006

A Tabela A.6 a seguir apresenta o tamanho da amostra referente às das mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração, por participação no mercado de trabalho.

Tabela A.6: Tamanho da amostra (n) das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com menos de dois anos de duração, por participação no mercado de trabalho. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996			2006		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Casadas	134	182	315	97	131	228
Unidas	47	138	185	108	290	398
Total	181	319	500	205	421	626

Fonte: PNDS 1996 e 2006

A Tabela A.7 a seguir apresenta o tamanho da amostra referente às mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração, por religião. Na PNDS de 2006, a variável religião registrou 10 casos de missing.

Tabela A.7: Tamanho da amostra (n) das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com menos de dois anos de duração, por religião. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996					2006				
	Católica	Evangélica	Outras	Sem religião		Católica	Evangélica	Outras	Sem religião	
religião				Total	religião				Total	
Casadas	254	38	5	19	315	132	67	5	18	222
Unidas	155	10	1	18	185	255	70	10	59	394
Total	409	48	6	37	500	387	137	15	77	616

Fonte: PNDS 1996 e 2006

A Tabela A.8 a seguir apresenta o tamanho da amostra referente às mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração, por cor/raça. Na

PNDS de 1996 ocorreu 1 caso de missing relativo a variável cor/raça e na PNDS de 2006 registram-se 11 casos de sem resposta e não sabe relativos a mesma variável.

Tabela A.8: Tamanho da amostra (n) das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com menos de dois anos de duração, por cor/raça. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996						2006					
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total
Casadas	152	6	156	0	0	315	96	23	96	4	6	225
Unidas	58	11	114	0	1	184	120	43	199	16	12	390
Total	210	18	271	0	1	499	216	66	295	20	18	615

Fonte: PNDS 1996 e 2006

A Tabela A.9 a seguir apresenta o tamanho da amostra referente às mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração, por ter ou não filhos até 180 dias após a data do início da união.

Tabela A.9: Tamanho da amostra (n) das mulheres de 15 a 49 anos em primeira união com menos de dois anos de duração, por ter ou não filhos até 180 dias após a data do início da união. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996			2006		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Casadas	81	234	315	43	185	228
Unidas	67	117	185	79	319	398
Total	148	352	500	122	504	626

Fonte: PNDS 1996 e 2006

A Tabela A.10 a seguir apresenta a média de escolaridade referente às mulheres em primeira união com menos de dois anos de duração, pelo tipo de união da união.

Tabela A.10: Número médio de anos de estudo das mulheres de 15 a 49 anos, em primeira união e com menos de dois anos de duração, por tipo de união. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996	2006
Casadas	7,4	9,7
Unidas	5,0	8,7
Total	6,5	9,1

Fonte: PNDS 1996 e 2006

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)